

combate

[#281] [Dezembro 2004 a Fevereiro 2005] [trimestral] [director: Luís Branco] [preço: 4 euros]

VARRER A DIREITA
REFORÇAR O BLOCO



PSR
CONGRESSO
LANÇA ASSOCIAÇÃO

DEBATES E PROJECTOS
PARA CONTINUAR A
MUDAR A ESQUERDA

CONSTITUIÇÃO
A EUROPA ENTRE O
SIM E O NÃO

COMO O TRATADO ABRIU
UMA NOVA FRACTURA NA
ESQUERDA EUROPEIA

ITÁLIA
GOVERNAR OU NÃO,
EIS A QUESTÃO

AQUECE O AMBIENTE
PARA O CONGRESSO DA
REFUNDAÇÃO COMUNISTA



nesta edição:

3
EPÍLOGO DE UMA CRISE ANUNCIADA
ALDA MACEDO

8
O PSR DE SEMPRE
CARLOS CARUJO

12
A ESQUERDA EUROPEIA E O
TRATADO NEOLIBERAL DA UE
G. BUSTER

18
FÓRUM SOCIAL EUROPEU
ARTICULAR AGENDAS PARA
UMA EUROPA ALTERNATIVA
MAMADOU BA

21
REFUNDAÇÃO COMUNISTA
UM LABORATÓRIO ITALIANO
JORGE COSTA

26
LIVIO MAITAN E O FIO CONDUTOR
ANTÓNIO LOUÇÃ

28
ENERGIAS EM PORTUGAL
FRACAS ALTERNATIVAS
JOÃO ROMÃO

35
FUNDAMENTALISMOS
E LUTAS DE CLASSES
DA REVOLTA SOCIAL AOS INTEGRISMOS
MAMADOU BA

39
QUEM TEM MEDO DA INTERNET LIVRE?
SANDY GAGEIRO

43
CAPITALISMO E DESEJO
MIGUEL ANTUNES

48
“TEOREMAS DA RESISTÊNCIA NOS TEMPOS
QUE CORREM”, DE DANIEL BENSARD
OS IRREDUTÍVEIS
MICHAEL LÖWY

50
“IN THE SHADOW OF NO TOWERS”,
DE ART SPIEGELMAN
“JOIN YOUR FELLOW AMERICANS
BEFORE IT’S TOO LATE”
SARA FIGUEIREDO COSTA

2X1?

RENOVA A TUA ASSINATURA ANUAL DA COMBATE, E NÓS OFERECEMOS UMA A QUEM QUISERES

**PROMOÇÃO VÁLIDA APENAS PARA A EDIÇÃO EM PAPEL NO
TERRITÓRIO NACIONAL. RECORTA OU FOTOCOPIA ESTE
FORMULÁRIO (OU ESCRIVE NUMA FOLHA ESSES DADOS)
E ENVIA-OS JUNTO COM O CHEQUE OU VALE POSTAL À
ORDEM DE “COMBATE” PARA:
COMBATE, R. DA PALMA, 268, 1100-394 LISBOA**

NOME:	_____
MORADA:	_____
CÓD. POSTAL/LOCAL:	_____
TELEFONE/TELEMÓVEL:	_____
EMAIL:	_____
ASSINATURA ANUAL (4 EDIÇÕES): 25 EUROS (PORTUGAL) 40 EUROS (ASSINATURA DE APOIO) 45 EUROS (UE) 50 US DÓLARES (RESTO DO MUNDO) EDIÇÃO DIGITAL (VIA EMAIL): 10 EUROS 10 US DÓLARES	

WWW.COMBATE.INFO

COMBATE É UMA REVISTA TRIMESTRAL
EDITADA PELO PSR, CORRENTE DE
MILITANTES DO BLOCO DE ESQUERDA.
COMBATE É UM CONTRIBUTO PARA
O DEBATE E A ACTUALIZAÇÃO DAS
TRADIÇÕES SOCIALISTA, LIBERTÁRIA
E INTERNACIONALISTA DA ESQUERDA
PORTUGUESA.

DIRECÇÃO LUÍS BRANCO EDIÇÃO CARLOS CARUJO E JOÃO CARLOS
COLABORARAM NESTE NÚMERO ALDA MACEDO, ÂNGELO FERREIRA
DE SOUSA, ANTÓNIO LOUÇÃ, ANTÓNIO JOSÉ ANDRÉ, CARLA CRUZ,
CATARINA CARNEIRO DE SOUSA, G. BUSTER, ISABEL CARVALHO,
JOÃO ROMÃO, JORGE COSTA, JOSÉ FEITOR, LUÍS DA SILVA,
MAMADOU BA, MICHAEL LÖWY, MIGUEL ANTUNES, NUNO NEVES,
RICHARD CÂMARA, SANDY GAGEIRO, SARA FIGUEIREDO COSTA
IMPRESSÃO E ACABAMENTO TIPOGRAFIA SILVAS PROPRIEDADE
FRANCISCO LOUÇÃ ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO RUA DA
PALMA, 268. 1100-394 LISBOA TEL 218864643 FAX 218882736
E-MAIL: REVISTA@COMBATE.INFO PERIODICIDADE TRIMESTRAL
REGISTO INST. COMUNICAÇÃO SOCIAL: 107263 ISSN 0871-3596
OS ARTIGOS E ILUSTRAÇÕES ASSINADOS NÃO REFLECTEM
NECESSARIAMENTE O PONTO DE VISTA DA COMBATE

EPÍLOGO DE UMA CRISE ANUNCIADA

ALDA MACEDO *

ILUSTRAÇÃO DE NUNO NEVES

DESDE O FIM DE NOVEMBRO, MUITA COISA ACONTECEU NA VIDA POLÍTICA DESTES PAÍSES: CAVACO SILVA AFIRMOU-SE COMO A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DA DIREITA PORTUGUESA E TIROU MUITO DEFINITIVAMENTE O TAPETE PRECÁRIO ONDE SANTANA LOPES ESTAVA POUSADO; FERRAZ DA COSTA E AS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS FIZERAM ECO DO DESCRÉDITO EM QUE A COLIGAÇÃO DO GOVERNO SE ATOLOU TAMBÉM AOS OLHOS DA BURGUESIA NACIONAL; E PARA COROAR O PROCESSO FOI UM DOS OBSCUROS MINISTROS DA CORTE SANTANISTA QUE PUBLICAMENTE EXPÔS AS MIUDEZAS MAL ENCOBERTAS DO GOVERNO.

Ao presidente da república não restava outra alternativa que não a convocação de eleições antecipadas. Fá-lo cinco meses tarde de mais. Fá-lo não em nome da defesa da democracia mas sob o estandarte desse vago conceito de “estabilidade”, que não tem outro significado que não seja o da conciliação com a direita. Mais do que o descontentamento popular, claramente espelhado nos resultados das últimas sondagens, ou a tímida capacidade de mobilização do movimento sindical, foi a contestação da burguesia nacional que pesou na decisão de Jorge Sampaio de dissolução da Assembleia da República.

Os últimos meses acabaram por ganhar um valor simbólico significativo para o debate político, foram um curto período de tempo durante o qual a função presidencial ficou exposta sob o foco da relevância que pode ter, na sua capacidade de agir como regulador das instâncias de organização do estado. Sampaio demonstrou que quando o exercício da presidência se orienta para garantir a aparente normalidade funcional das instituições e promover a estabilidade do sistema capitalista, deixa de ser compatível com uma intervenção política de defesa de direitos e liberdades. Fica recolocado, à esquerda, o debate sobre a importância da disputa do espaço político para uma candidatura socialista, em nome da democracia e da emancipação.

A queda do governo PSD-PP abre o próximo ciclo de combates eleitorais, durante o qual estaremos colocados perante um exaustivo percurso de legislativas, autárquicas e presi-

A “esperança” de Santana Lopes é mais um jogo de espelhos na mira de esconder que os salários reais vão continuar a desvalorizar-se, o desemprego a crescer e as pensões a ser uma miséria.

denciais, passando pelo provável referendo do tratado constituinte europeu. No decurso de pouco mais de um ano é toda a vida política que vai ser alvo de escrutínio. Prepararmo-nos para o confronto que se avizinha, não pode deixar de levar em conta as transformações operadas ao longo dos últimos anos, não só em resultado da ofensiva neo-liberal mas também em resultado das mudanças operadas no interior dos diferentes partidos.

LONGO PERÍODO DE TRÊS CURTOS ANOS

Hoje, quando a expressão da frustração de Santana e Portas enfeita as primeiras páginas dos jornais, ela aparece como o culminar de um longo período de uns curtos três anos em que a direita usou ferozmente do poder para, de rajada, cumprir toda uma agenda não só de produção do quadro legal necessário a uma maior eficácia da exploração intensiva do trabalho mas também de crescimento extensivo do neoliberalismo.

Eles aprovaram o código laboral e, com ele, alargaram o caminho da desregulação na relação entre as empresas e os trabalhadores, colocando-os numa posição de agravamento das condições de trabalho, de acentuada perda de controlo sobre o seu trabalho e a sua vida. Em benefício da contenção do défice orçamental eles aumentaram o IVA, congelaram os salários da função pública, cortaram benefícios no subsídio de desemprego, estrangularam o ensino superior e a investigação.

Abriam caminho à mercantilização dos serviços públicos com o desmantelamento da segurança social e do sistema nacional de saúde e aprovaram uma lei de bases para a educação que havia de destruir a escola pública. Eles quiseram que o aborto continuasse clandestino e submeteram as mulheres à humilhação de ver a sua vida privada em julgamento.

Mais ainda, fizeram sua a agressão imperialista contra o Iraque, e transformados em sargentos da rapina americana não quiseram deixar de tomar parte no saque. Em Junho foram a votos e conheceram a maior derrota de sempre.

MATRIX REVISITADO

A debandada de Durão Barroso para o Parlamento Europeu, tinha deixado o sucessor numa tripla encruzilhada: ganhar uma legitimidade que nunca teve, ser aceite como dirigente de um partido que o contesta e preparar o terreno dos próximos desafios eleitorais que lhe estão arredios. Três paradoxos, que Santana Lopes tentou gerir por amor do seu projecto pessoal, à custa do agravamento das contradições sociais

e do desmantelamento dos serviços públicos, cavalgando na ideologia retrógrada e passadista do parceiro da coligação.

No primeiro eixo da encruzilhada está o dilema de um primeiro ministro que não só não ganhou uma batalha eleitoral, mais do que isso, foi indigitado num quadro de manifesta oposição. “Verdade” era a palavra mais visível no congresso do PSD de Barcelos, e esta escolha acaba por ser o que melhor simboliza a natureza deste segundo ciclo da coligação no governo: a manipulação das palavras como um truque de ilusionismo que faz tudo quanto pode para que os olhos vejam o que não é senão o seu contrário: a inflação transformada em fartura, o desemprego em crescimento económico, os direitos e liberdades num pálido reflexo do fundo de uma caixa mágica sem consistência.

Esta necessidade de ganhar o reconhecimento popular para um governo que desde a sua posse vinha a somar erros grosseiros e a acumular descrédito generalizado, encontrou o seu caminho num dos episódios mais polémicos de atentado contra a liberdade de imprensa, já de si ameaçada pela concentração dos media em grandes grupos económicos.

Desde a histórica ofensiva das corvetas militares contra o barco do movimento da “Women On Waves” até à abolição das Scuts, passando pelos escândalos das pensões milionárias e da incapacidade de operacionalizar o início do ano escolar e ainda pelo ridículo da exposição pública da futilidade de um primeiro ministro que diz num dia o que o governo desdiz no dia seguinte, chegámos ao ponto em que neste país ninguém dava já o menor crédito a este governo nem à maioria dos seus ministros.

Só uma campanha de marketing bem montada, capaz de anular a capacidade crítica, capaz de levar a cabo o jogo de ilusionismo que a dupla Santana-Portas imagina ser capaz de operar para transformar a realidade poderia ter salvo a face deste governo. Essa era a finalidade da gorada “central de informação”, pôr de pé o *Matrix* que permitisse engrossar o número dos que vêem, e sobretudo pensam o que a direita gostaria que fosse visto e pensado.

Noutro eixo da encruzilhada Santana Lopes deparava-se com a urgência de, no prazo de um ano tentar recuperar o terreno eleitoral perdido e tentar evitar nova derrocada eleitoral como as sondagens vinham a anunciar. O orçamento de estado devia providenciar o terreno para a grande retórica da euforia do fim da crise, do fim já longamente anunciado do congelamento do crescimento económico. Santana Lopes



A tentativa de Santana Lopes de desatar os nós da encruzilhada em que se envolveu foi grosseira, agora, tal como o ilusionista a quem caíram ao chão todas as cartas do baralho, tenta refazer a credibilidade política num exercício circense. Por isso, e dadas as circunstâncias, não se entende a recusa em misturar a campanha eleitoral e a época carnavalesca...

apresentou a proposta do OE para 2005 como « o orçamento do rigor e da esperança».

Vale a pena perceber de que “esperança” e “rigor” ele falava. Falava da esperança no aumento das pensões de reforma, mas o que não disse foi que os aumentos das pensões ficam muito longe da promessa eleitoral de convergência com o salário mínimo nacional. Falava do aumento de 2% para a

função pública, mas não dizia que as previsões do governo de uma taxa de inflação de 2% eram pura construção artificial num quadro de agravamento do custo do petróleo. Falava do desagravamento dos escalões mais baixos de IRS, mas não dizia que quem ia continuar a pagar impostos são os trabalhadores por conta de outrem, nem se comprometia com o combate à fuga e evasão fiscais. A “esperança” de Santana Lopes é mais um jogo de espelhos na mira de esconder que os

Porque a justiça social passa pela redistribuição da riqueza, defendemos a reforma fiscal, a reabilitação do sistema de saúde, a qualificação da oferta pública de educação e uma segurança social fundada na participação solidária.

salários reais vão continuar a desvalorizar-se, o desemprego continuar a crescer e que o escândalo das pensões da miséria continua a ser a vergonha da nossa organização social.

Em matéria de “rigor” a liberdade que este orçamento de estado confere à administração fiscal na Madeira e a disparidade com as previsões da própria Comissão Europeia são a imagem da falta de rigor. Além disso o que o governo não diz é que a Lei de Bases da Segurança Social prevê que a viabilidade da segurança social seja garantida pelas transferências do orçamento do estado, compromisso que não tem sido cumprido pelos governos da coligação. E mais uma vez o orçamento para 2005 prevê uma transferência para o Fundo de Estabilidade Financeira de apenas 100 milhões de euros, quando deveria transferir 642 milhões. Interrogado sobre este ponto, Santana Lopes atribuiu a diferença à necessidade de encontrar provimento para o aumento da função pública, isto é são 2% das contribuições dos trabalhadores que pagam os aumentos da função pública. Este é o conceito de “rigor” da direita, para quem o custo de uma situação económica desfavorável recai em circuito fechado sempre sobre os segmentos sociais mais desfavorecidos.

QUADRO ELEITORAL

A tentativa de Santana Lopes de desatar os nós da encruzilhada em que se envolveu foi grosseira, agora, tal como o

ilusionista a quem caíram ao chão todas as cartas do baralho, tenta refazer a credibilidade política num exercício circense. Por isso, e dadas as circunstâncias, não se entende a recusa em misturar a campanha eleitoral e a época carnavalesca...

Do fundo dos bastidores, emerge Sócrates como novo protagonista, na expectativa da reconquista do poder. Move-se na lógica da alternância, não da alternativa. É extraordinário que o PS tenha, no decurso de debate sobre o orçamento de estado, incorporado a retórica de Manuela Ferreira Leite sobre a consolidação orçamental, redução do défice e cumprimento do Pacto de Estabilidade.

Esta foi a orientação política que conduziu nos últimos dois anos às medidas mais violentas contra a qualidade de vida dos trabalhadores, ao agravamento das contradições sociais, ao desinvestimento do estado, ao estrangulamento da actividade económica, ao agravamento da condição dos mais pobres.

Na eleição de Sócrates, o PS reencontrou-se com a herança do Guterrismo e esforça-se por recuperar a sua vocação de gestor privilegiado da burguesia. O PS já está a procurar fazer o contraponto da seriedade ao populismo santanista, irá certamente promover a imagem da modernidade que o conservadorismo arcaico do PP nunca permitiram à coligação.



Mas modernidade, não se compadece com o empobrecimento generalizado da população, nem com o desinvestimento na inovação e na investigação. Modernidade não se constrói com uma taxa crescente de desemprego, nem com a desqualificação da oferta educativa. Não se faz modernidade sem um sistema de saúde eficaz, nem com prestações de apoio social miseráveis. Modernidade é incompatível com o cumprimento dos critérios de convergência, logo a promessa de Sócrates não pode ser senão uma versão “light” do conservadorismo.

A batalha eleitoral que se anuncia a curto prazo ganha o valor acrescentado de não se tratar de um mero cumprimento de calendário, ela vai ser um terreno de confronto não só com a direita mas também de clarificação da natureza dos partidos que se vão apresentar à esquerda nesta disputa.

Numa altura em que o PCP se fecha progressivamente sobre si próprio e acaba de realizar um congresso que marcou não só a exclusão definitiva da renovação comunista, mas a redução ao silêncio dos seus dirigentes mais críticos, o confronto com a direita passa pelo Bloco de Esquerda.

O silêncio parece ser a condição, dentro do PCP, para evitar a exclusão. Um partido comunista assim, defensivo, regulado por lógicas de auto-preservação do aparelho burocrático, não é o parceiro para a luta política de que os movimentos sociais precisam para ganhar a força de recuperar dos últimos três anos da pilhagem da direita. Da mesma maneira este PCP está mais preocupado com a recuperação do território político que dominou no passado e em hostilizar os partidos que com ele concorrem, desse modo aquartela-se num campo que o enfraquece mais do que reforça.

O NOSSO LUGAR

O contexto em que o Bloco de Esquerda intervém toma as coordenadas da situação a que chegámos : o crescimento do desemprego, a desregulação da relação laboral e consequentemente a precariedade do trabalho, o aumento de situações de pobreza e exclusão social, o desmantelamento dos serviços públicos e a regressão aos valores patriarcais. Este é o desenho de sociedade que a direita concebeu e para a qual o Bloco traz um desenho alternativo.

Porque a emancipação das mulheres não é fraccionável entre o privado e o social, o Bloco mantém-se fiel ao compromisso com a legalização do aborto. Porque o trabalho é estruturante da pertença colectiva dos indivíduos, batemo-nos pela abolição do código laboral e a defesa dos direitos do trabalho, de nacionais e estrangeiros; e de um programa de promoção do emprego.

Porque a justiça social passa pela redistribuição da riqueza, defendemos a reforma fiscal, a reabilitação do sistema de saúde, a qualificação da oferta pública de educação e uma segurança social fundada na participação solidária. Porque o mundo é um bem colectivo não podemos deixar lugar para a sua privatização.

Porque a vida não se faz de lugares brancos, lutamos por um mundo com lugar para as diferenças e para a expressão das solidariedades. Porque a vida se faz com cor, emoção e sangue batemo-nos contra a mercantilização das ideias e dos afectos, pelo direito de sermos todos e todas sujeitos e autores de futuro.

* Professora, dirigente do Bloco de Esquerda e deputada na Assembleia Municipal do Porto aldamacedo@combate.info



O PSR DE SEMPRE

CARLOS CARUJO *

ILUSTRAÇÃO DE CATARINA CARNEIRO DE SOUSA

SE A FORMA MUDOU, O QUE SE MANTÉM E O QUE SERÁ NECESSÁRIO ALTERAR NA MATÉRIA VIVA DA NOSSA MILITÂNCIA? A REALIDADE IMPÕS QUE O PSR ACABASSE COMO PARTIDO CONTINUANDO O SEU PERCURSO NO BLOCO DE ESQUERDA. UM PRETEXTO ÚTIL TANTO PARA FAZER O BALANÇO DESSE PERCURSO PARTIDÁRIO E DA ATITUDE PSR QUANTO PARA PENSAR AS NOVAS EXIGÊNCIAS QUE ENFRENTAMOS. ESTE TEXTO RECENSEIA ALGUMAS DAS QUESTÕES EM DEBATE A 11 E 12 DE DEZEMBRO NO CONGRESSO DO PSR. E NÃO DEIXA DE CONTRIBUIR PARA ESSE DEBATE.

DE VONTADES, de razões, de afectos diversos e às vezes até contraditórios se faz a militância. Nunca acabados, sempre numa reconstrução permanente, são mais do que um património a preservar, uma forma de viver. Não mudámos a nossa pele, mas também não queremos ficar encrostados numa rigidez isolante. Aliás, esta nossa maneira de estarmos juntos/as nunca passou pela atitude defensiva do isolamento face à realidade ou aos outros/as.

Trata-se então de mobilizar tudo isto de forma diferente e não de esquecer, mesmo que celebrando o passado. Temos hoje outras necessidades de militância e, se a realidade é mutante, a militância ainda mais o deve ser, não retroactivamente para se adaptar a ela mas activamente para a mudar. E nela as vontades, as razões e os afectos mais do que serem reformatados devem ser o motor das diferenças e das continuidades, das mudanças e dos alargamentos do projecto político. Só assim poderemos potenciar a nossa força militante. Por isso precisamos agora de fazer mais PSR. E fazer mais PSR agora é fazer mais Bloco de Esquerda. O que não é nada de contraditório.

A 11 e 12 de Dezembro o PSR vai, assim o decidam os/as seus/suas militantes, deixar de ser um partido e tornar-se uma associação política, uma corrente que intervém no interior do Bloco de Esquerda. A decisão será, antes de mais, simbólica. De facto, desde o nascimento do Bloco de Esquerda que o PSR



A tarefa da manutenção deste espaço político vivo, ao longo dos anos 80 e do conservadorismo, só foi possível devido à imaginação e força de um pequeno núcleo de militantes que se recusou sempre fechar sobre si. Por isso a irreverência profunda da ovelha negra que resiste à facilidade de ir com o rebanho simbolizou o PSR.

funciona como corrente política tendo abandonado qualquer intervenção pública em nome próprio. Ao escolher construir o Bloco como movimento político plural, estava implícito que mais tarde ou mais cedo isto iria ocorrer, dependendo das velocidades diversas das várias correntes.

E se as vontades, razões e afectos constitutivos do projecto político não são passado, a forma partido e a intervenção política própria já são e sê-lo-ão de forma mais interiorizada depois da transformação oficial em associação política. É assim tempo de lembrar que há que continuar a resgatar o programa político essencial do passado em vez de o enterrar.

ELOGIO NADA FÚNEBRE: É SÓ O COMEÇO, CONTINUEMOS O COMBATE

Herdeiros da intransigência criadora, seja a de Maio de 68, a de Abril de 74 ou de todos os tantos dias em que a construimos paciente e impacientemente, sabemos que essa parte de nós não é passado, não ficou para trás na urgência dos quotidianos cansados. É tarefa e atitude persistente. Memória e carga afectiva, esperança e projecto misturam-se connosco próprios/as.

Todo um percurso feito para mudar a realidade, com a vontade de o fazer com tantos/as outros/as que não estiveram

O Bloco deve construir um bloco social mais largo do que as suas fronteiras na radicalidade dos enfrentamentos sociais profundos.

connosco e com a certeza de que não seríamos os portadores únicos das certezas absolutas que a iriam transfigurar por revelação quase divina ou, por outro e pelo mesmo lado, pelo prosseguimento mecânico da marcha inelutável do mundo. Foi assim a LCI e o PSR, queremos assim o Bloco, connosco e com outros/as. A memória não tem de ser o lugar da auto-proclamação e do sectarismo.

E é assim por um programa actual: anti-colonialistas, anti-imperialistas, anti-capitalistas, alter-globalistas, feministas, orgulhosos/as de sermos como somos sexualmente, ecologistas, trotskistas, numa palavra: revolucionários. Aquilo que somos no Bloco. Fizemos muito e está tudo por fazer, a absurda alegria sisifa da militância: o combate continua.

Grande parte do programa, retirado a cada momento do baú da nossa memória militante, mantém a capacidade transformadora da sociedade e o potencial subversivo. Mas devemos ainda ter em atenção que um projecto só é revolucionário se mantiver viva a capacidade de se revolucionar, de se subverter a si próprio compreendendo as suas limitações: repetir fórmulas linguísticas e formas de pensamento nada tem de revolucionário. Cabe também ao revolucionário compreender que a forma de organização da realidade que o capitalismo impõe, imprime formas de ser, de estar e de pensar e que não é o facto simples de se considerar revolucionário que torna alguém imune. Seremos revolucionários também tanto quanto as rasguemos. Porque o essencial do programa revolucionário estará por construir, tanto como o estão novas formas de pensar.

UM BLOCO ENTRE MUITOS: A RECONSTRUÇÃO DA ESQUERDA ANTI-CAPITALISTA NA EUROPA

A forma “partido” correspondia à necessidade de construção de um projecto político independente e serviu à LCI primeiro e ao PSR depois numa altura em que se revelava urgente construir uma alternativa ao estalinismo e ao reformismo social-democrata dominantes. Só assim se afirmava que o comunismo não tinha de estar entalado entre as ditaduras cinzentas e os pactos de regime. E esta afirmação passava, por exemplo, pela presença eleitoral com tudo o que isso assegurava de ligação à sociedade.

Por mais tentativas frentistas que se buscassem no clima revolucionário pós-25 de Abril, a pulverização de projectos políticos, alguns bastante inconsistentes, e os sectarismos encarregavam-se que a unidade de esquerda se dissolvesse no ar. Mas mesmo quando a afirmação própria foi a forma de sermos revolucionários, a frente única anti-capitalista sempre foi mais do que um discurso: o PSR fazia sua a bandeira da

unidade da esquerda face ao capitalismo mais do que por tacticismo ou de forma auto-proclamatória, encerrava-se nessa consigna uma esperança e uma necessidade fundamentais.

Mais tarde o PSR foi uma trincheira da alegria militante. Esperando por um momento em que a esquerda radical pudesse retomar a iniciativa, esperando mas não passivamente, esperando e agindo. A tarefa da manutenção deste espaço político vivo, ao longo dos anos 80 e do conservadorismo, só foi possível devido à imaginação e força de um pequeno núcleo de militantes que se recusou sempre fechar sobre si. Por isso a irreverência profunda da ovelha negra que resiste à facilidade de ir com o rebanho simbolizou o PSR.

Depois da queda do “socialismo real”, do enfraquecimento dos partidos de tradição estalinista e das experiências governativas sociais-democratas terem imposto a 3a via como proposta social-liberal, a escolha perante a qual se encontraram diversas esquerdas pela Europa fora e noutras paragens era entre manter-se na trincheira e viver a grupusculização panfletária ou partir para a ofensiva e tentar reconstruir o espaço em aberto de alternativa ao capitalismo.

Foi isso que nós e outros/as fizemos no Bloco de Esquerda e por outras bandas. Processos de diferentes práticas e sentidos e que acarretam hegemonias político-ideológicas e organizativas diferentes em paragens diferentes. O que faz com que o processo seja variado, desigual e combinado, relativamente débil em muitos lados ou mesmo inexistente. Contudo, somado à militância proliferante da alter-globalização que responde à ordem neo-liberal e belicista agressiva com a diversidade, este processo é a mais fundada a esperança de acção revolucionária sobre a realidade com que pudemos contar. Um dos desafios passa a ser o de fazer com que a anti-burocracia deixe de ser apenas discurso de oposição a outros projectos e passe a ser a prática que envolva organizações de massas numa nova forma de construir o socialismo.

Sendo alter-globalização e reconstrução da esquerda anti-capitalista processos nem sempre coincidentes, ora autónomos ora inter-relacionados, e sendo processos nascentes, esperamos, todos os debates que proporcionam estão também a começar. Em Portugal a reconstrução política parece ir bem e recomenda-se mas a alter-globalização ainda é relativamente débil faltando as novas gerações militantes que este movimento viu surgir em muitos sítios.

Assim sendo, não é tempo de tirar conclusões, e nunca será tempo de indicar modelos ideais válidos para todas as circunstâncias. Só que faz falta estar atento ao que noutros

lados acontece e como estão outros/as a enfrentar questões semelhantes como por exemplo a passagem de projectos políticos independentes e ciosos das suas diferenças apesar das afirmações de unidade a projectos realmente unitários.

MILITAR NAS CORRENTES E FAZER JUNTOS/AS O CONTRA A CORRENTE

E, dado isto, em que militância nos devemos criar? Em parte a realidade e o que queremos dela já transformou a militância ou está a transformá-la mesmo que o processo não seja consciente.

E se nos movimentos sociais possíveis que existem ou que nos traga ainda a alter-globalização vivemos e viveremos a enésima militância possível e sentimo-nos bem com isso, na continuidade do que o PSR sempre tentou por exemplo com o anti-militarismo ou o anti-racismo, porque nos damos bem na novidade, no confronto de ideias e na diversidade, já se o nosso último reduto militante muda, tudo se transforma. A nossa militância desterritorializou-se e reterritorializou-se, da militância num pequeno partido irreverente à assunção do papel de corrente fundadora do Bloco, que tem uma outra projecção social.

Trata-se de passar de partido a corrente e, no Bloco, ser partido e corrente ao mesmo tempo. A enésima militância é facilmente colocada no nosso mapa militante mesmo que a cartografia não seja linear porque são espaços naturalmente diferenciados segundo o nosso hábito: o político e o social. O problema é quando se cruzam plataformas e projectos no espaço político essencial o que escapa aos nossos hábitos.

Desde logo é necessário afastar o equívoco simplista da antítese imediata, o choque de espaços: ou construir o partido (Bloco) ou construir a corrente (PSR), ou ficar pelas vistas curtas “abandonando” o Bloco para afirmar a superioridade da sua pequenez e pensar a cada momento na corrente ou limitar a força da corrente para não perturbar o projecto do movimento mais alargado. A acreditar na segunda alternativa teríamos uma perspectiva minimalista de corrente, com um sentido de pertença longínquo a uma história e à Quarta Internacional ou o lugar para uma certa dose de ideologia desde que não interferisse com a prática ou então uma coordenação limitada a uma direcção que agiria no Bloco mas não se construiria nem discutiria alargadamente as suas decisões.

Ora não temos de estar partidos entre o bloco e nós próprios porque não há oposição quando nós próprios somos com outros o Bloco. Por outras palavras, a nossa singularidade dentro do Bloco não tem de ser a nossa forma de estarmos sozinhos/as ou contra outros/as. Será o que sempre foi: a nossa forma de sermos e estarmos com outros/as. Com o bloco queremos quebrar a noção habitual de espaço político através da experiência diversidade real. A identidade do PSR e do Bloco são

e serão multiformes. Uma nova sobreposição como disposição das forças militantes da esquerda anti-capitalista.

E isto passa também por convidar quem queira ser conosco e partilhar de todas as complexidades destas novas disposições, sem complexos ou vontades hegemónicas. A isso se chama construir uma corrente e assim um bloco feito de correntes ganhará vida e qualquer uma das correntes será mais do que um museu da sua própria militância anterior. Um Bloco múltiplo precisa que pólos diferentes o façam de modo não concorrencial e inovador, se possível.

A DIVERGÊNCIA COMO FUTURO DA DEMOCRACIA E A RADICALIDADE DO BLOCO

O Bloco não tem de ter um futuro unanimista. As divergências e convergências abertamente colocadas, debatidas sem dramatismo e sem contar de espingardas e trompetas de guerra, num clima de debate que pode acontecer, sem o medo de abrir brechas na direcção, podem fundar na prática uma militância de tipo diferente, um movimento novo como o Bloco se quer.

O Bloco precisa desses debates que aprofundarão a sua capacidade militante bem mais do que dos debates iniciados por alguns grupos que parecem continuar a funcionar na lógica da auto-proclamação, apenas num superficial concurso de aparentes radicalidades feitas para se construírem apesar do Bloco e não para construírem o bloco. Sem dúvida que estes debates são úteis e necessários para o Bloco em geral e para cada uma das correntes em presença deixar claro o seu projecto. Só que, apesar de tudo, há outros que parecem mais urgentes e por vir. E da generalização e do grau de democratização desses debates através de novas formas se medirá também (até pelo que têm de formativo) a capacidade de sobrevivência do Bloco como projecto transformador da sociedade portuguesa. E essa bem que poderá ser mais a realidade da divergência colaborante do que a da fusão de correntes, ainda que o mapa das actuais correntes possa passar a ser diferente.

Esse carácter transformador medir-se-á também pela necessidade de se encontrar permanentemente com a radicalidade. Face aos perigos de acomodação e de rotina que o Bloco enfrenta, como qualquer outra força política. E este perigo é tanto maior quanto se mantenha a situação de força parlamentar e de fraqueza social. A radicalidade do Bloco joga-se em primeiro lugar na possibilidade de se construir como força social actuante. O Bloco deve construir um bloco social mais largo do que as suas fronteiras na radicalidade dos enfrentamentos sociais profundos, apresentando propostas que enfrentem os poderes estejam onde estiverem e que criem as linhas de ruptura frutuosas com o capitalismo. É para isso que é necessário fazer das nossas militâncias um bloco em reconstrução permanente.

* Professor, editor da revista Combate carloscarujo@combate.info

A ESQUERDA EUROPEIA E O TRATADO NEOLIBERAL DA UE

G. BUSTER *

ILUSTRAÇÃO DE LUÍS DA SILVA

O TRATADO CONSTITUCIONAL DA UNIÃO EUROPEIA DIVIDIU DE NOVO A ESQUERDA EUROPEIA SEGUINDO UMA LINHA DE FRACTURA COM QUASE CEM ANOS. A FAVOR DO SIM SITUOU-SE A SOCIAL-DEMOCRACIA, ACOMPANHADA AGORA PELA MAIORIA DAS FORMAÇÕES POLÍTICAS VERDES COM REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR. O CAMPO DO NÃO REAGRUPOU A QUASE TOTALIDADE DAS FORÇAS POLÍTICAS DE TRADIÇÃO COMUNISTA, TROTSKISTA, A ESQUERDA ALTERNATIVA NO SEU SENTIDO AMPLO, INCLUINDO AS CORRENTES ECOSOCIALISTAS.

UMA NOVA FRACTURA

Poderá parecer que se trata de uma mera desculpa para recriar uma divisão já muito antiga. Mas não é assim. Na realidade, a divisão da esquerda europeia entre os defensores do SIM e do NÃO ao Tratado Constitucional da UE é uma nova fractura, consequência das mudanças políticas, sociais e económicas que tiveram lugar na classe operária e nas correntes das esquerdas europeias nos anos 90.

Como diz o nosso camarada Daniel Bensaid, nunca se começa do zero e sempre a partir do meio: a nova divisão da esquerda responde às divisões ideológicas e a heranças organizativas de quase um século, condicionou a sua forma de colocar e resolver os problemas que enfrenta. Mas esses problemas são novos, têm que ver com as mudanças fundamentais produzidas nos anos 80 e nos 90 com a aplicação de políticas neoliberais tanto a nível internacional - que, para abreviar, chamamos globalização capitalista - como nas políticas de ajuste e reforma estrutural que foram sendo aplicadas pelos diferentes governos nacionais.

Em primeiro lugar, os marcos sociais em que a esquerda europeia construiu a sua base de apoio desde há um século mudaram profundamente. A classe operária sofreu um processo de desarticulação geográfica, desarticulação dos seus saberes tradicionais e rearticulação do mercado de trabalho através

Quando se colocou a questão do Tratado Constitucional da UE, a polarização entre o sim e o não alinhou socio-liberais por um lado e alternativos por outro, como dois modelos sociais e políticos diferentes

do desemprego, de reformas na legislação laboral e da imigração de trabalhadores estrangeiros, que afectou profundamente a sua visão de si mesma e de como se organiza a todos os níveis sociais e políticos.¹ O mesmo se passou com sectores da pequena burguesia intelectual ou com os trabalhadores de serviços, especialmente os que têm, de uma ou outra forma, um estatuto de funcionários públicos.

A mudança da sua visão de si mesma, como “classe em si”, manifesta-se em muitos casos na negação da pertença de classe e no desenvolvimento de identidades individuais ou colectivas que surgem não da experiência produtiva, mas da esfera do consumo ou do ócio. Os sindicatos europeus continuam a experimentar, em consequência, uma lenta e continuada erosão, com débil integração dos trabalhadores mais jovens, que desgasta a sua vitalidade e a sua densidade de representação.

Por outro lado, todos temos sido testemunhas e participámos no surgimento e expansão do movimento antiglobalização, que foi precedido por uma vaga de radicalização e organização de sectores importantes juvenis em volta das questões ecológicas. Este foi o sector que protagonizou as lutas mais importantes. Mas simultaneamente houve a cristalização em sectores específicos da classe operária de lutas parciais ou sectoriais, como a imigração, as deslocalizações, a segurança laboral. Mesmo que em momentos determinados, perante ataques centrais das políticas neoliberais, foram capazes de se estender e de voltar a colocar, ainda que pontualmente, uma “classe para si” capaz de fazer uma crítica forte ao projecto neoliberal. O ciclo de lutas aberto na Europa desde 1995, com a greve do sector público francês, alimenta-se destas duas componentes: a das mobilizações antiglobalização e a da resistência sindical, primeiro parcial e sectorial com cada vez mais greves gerais de maior consistência em muitos estados membros da UE.

Onde quero chegar com esta larga introdução é a que as bases tradicionais da social-democracia e das forças políticas à sua esquerda variaram e continuam variando à medida que gerações se sucedem, e entram em actividade social jovens que começam a acumular as suas experiências. A combinação de umas e outras é importante: na social-democracia há ainda um forte peso das gerações do pós-guerra e, sobretudo, de quadros médios de finais dos anos 70 e 80, pelo simples facto de que se trata de estruturas burocráticas consolidadas onde as mudanças são mais lentas, mas que atraem, pelo seu peso e recursos, novos quadros jovens. Nos antigos Partidos comunistas, o peso das velhas gerações é maior, e portanto maiores

os efeitos da crise de identidade na sua base tradicional, pois a renovação foi muito débil. Entretanto a esquerda alternativa pôde voltar a contactar com a juventude. Mas isto quer dizer, sobretudo nos sectores jovens, operários ou pequeno-burgueses que entraram em luta desde 1995, que as fronteiras não estão fixas e que os canais de intercomunicação são múltiplos e que atravessam toda a esquerda.

POLARIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL: COINCIDÊNCIAS E DIFERENÇAS

Em segundo lugar, a linha divisória foi o apoio ou a recusa das políticas neoliberais, das intervenções militares imperialistas e das questões ecologistas. Em menor medida, os temas morais relacionados com o controlo do próprio corpo e o laicismo. Ela forçou, inevitavelmente, uma forte polarização política global, que em muitos casos não resulta de uma acumulação de experiências parciais ou sectoriais. Neste terreno, as contradições são típicas do movimento antiglobalização, com a sua aspiração global de um outro mundo possível e práticas e ideologias parciais às vezes muito pouco questionadoras do sistema. Para mais quando um sector de quadros políticos da esquerda fizeram a sua comissão de serviço em movimentos sociais, mas também na gestão municipal, em ONGs muito ligadas ao aparelho de estado ou a sindicatos tradicionais.

Por isso, quando se colocou a questão do Tratado Constitucional da UE - na realidade a codificação legal das políticas neoliberais para a construção de uma Europa a duas velocidades, com uma Europa potência do euro e uma série de capas concêntricas periféricas, na esquerda - a polarização entre o SIM e o NÃO alinhou socio-liberais por um lado e alternativos por outro, com dois modelos sociais e políticos diferentes.

No entanto, ao nível das suas bases sociais, esta polarização não é tão evidente e às vezes manifesta-se de forma diferente. De facto, há amplos sectores do movimento antiglobalização, nomeadamente sectores sindicais que consideram que a polarização social que vivem não se reflecte automaticamente no NÃO, porque crêem que a UE tem um modelo social mais avançado que os Estados Unidos ou porque só a UE pode fazer de contrapeso ao uniteralismo imperialista dos Estados Unidos. A sua opção é um SIM crítico.

O NÃO de outro sectores, sobretudo nos países nórdicos é antes reflexo de uma atitude populista ou conservadora. Como o SIM de sectores em luta, por exemplo nos novos estados da Europa Central ou dos Bálticos, é parte de uma aspiração de conseguir o mesmo nível de vida médio e de bem estar que têm os trabalhadores na Europa Ocidental.

A social-democracia, como a democracia-cristã, construiu o seu projecto político reformista intimamente ligado à construção europeia.

Para a esquerda alternativa em geral e para a esquerda revolucionária em particular tudo isto coloca enormes problemas tácticos, uma vez que tem uma clara delimitação estratégica como a construção de novos instrumentos políticos. Não se pode responder a estes problemas tácticos com a mera polarização entre “socio-liberais” e “anticapitalistas”, da mesma maneira que nunca foi possível fazê-lo entre “reformistas” e “revolucionários” nos anos 20 e 30, ou numa confrontação política frontal numa esquerda cuja base social tem os seus próprios ritmos e formas de acumulação de experiências. Este debate estratégico e táctico, como o do III e IV Congresso da Internacional Comunista ou sobre como fazer frente ao fascismo nos anos 30, é essencial para poder dar corpo à esquerda alternativa e enraizá-la socialmente.

A ESQUERDA DO SIM

Apoiada pelas direcções dos grandes sindicatos europeus agrupados na Confederação Europeia de Sindicatos (CES), a social-democracia europeia no seu conjunto, assim como os Verdes alemães e franceses defendem o SIM.

Esse SIM, como foi explicado pelo secretário-geral do PS francês, François Hollande, reflecte, antes de mais, a “fidelidade à União Europeia”². A social-democracia, como a democracia-cristã, construiu o seu projecto político reformista intimamente ligado à construção europeia. Depois da segunda guerra aceitou as políticas de austeridade da reconstrução e dos anos 70, em boa medida, como parte de uma construção europeia em que estaria implícito um “modelo social europeu” e um certo nível de co-gestão empresarial e social que iria mais além do estado-nação liberal, profundamente deslegitimado pelo ascenso do fascismo e a experiência da guerra. As Comunidades Europeias primeiro e a União Europeia, depois do Tratado de Maastricht em 1991, incluíam um elemento alternativo ao “internacionalismo proletário” dos Partidos Comunistas, sem ter que optar unilateralmente pela “pátria do capitalismo”, os Estados Unidos, cujo modelo social não deixava margem para muitas dúvidas. A promessa era que, alcançado um certo nível de desenvolvimento económico, as políticas sociais seriam também comunitarizadas e os aspectos mais avançados das legislações sociais do estado de bem-estar dos estados membros com maior influência social-democrata, seriam aplicadas ao resto da Europa.

Os social-democratas impulsionaram e participaram nesta ideologia federalista europeia durante a Guerra Fria, como um contributo próprio ao dilema “capitalismo ou comunismo”. O mesmo fizeram os sindicatos maioritários, laicos ou cristãos.

De facto, mesmo que o número de partidos social-democratas no poder não fosse grande no início do 90, na altura da negociação do Tratado de Maastricht, com o início do ciclo de lutas em 1995, rapidamente chegou a 12 dos 15 estados membros. Depois da União Monetária, abriu-se a perspectiva de um tratado Constitucional perante a evidência de que o de Nice não era capaz de assegurar o funcionamento interno de uma UE a 25 ou 28 estados membros e que as novas políticas neoliberais exigiam reconstruir uma legitimidade política para o projecto de construção europeia desgastado com a sua aplicação.

Os partidos social-democratas, o segundo grupo mais numeroso do Parlamento Europeu, participaram, de forma entusiasta nos trabalhos da Convenção. Um entusiasmo geral e individual, que não se expressou em nenhuma proposta especial, mas que se articulou no seu apoio ao projecto do clã “delorista” dentro da Comissão, que virá a receber o nome de código de “Penélope”, com um enviezamento mais federalista.³

Os sindicatos da CES foram sobretudo activos antes da Convenção. Por um lado fizeram uma intensa campanha de lobby no momento da elaboração da Carta de Direitos Fundamentais, que mais tarde seria incorporada como a Parte II do Tratado Constitucional. A Carta, apesar das suas muitas limitações - como a exclusão do trabalho como um direito dos cidadãos -, concentrou os esforços dos sectores mais europeístas da burocracia sindical numa permanente campanha de lobby sobre a Comissão. Para muitos, era imprescindível codificar o “modelo social europeu”, a sofrer importantes ataques desde Maastricht, e tornar reais de uma vez por todas, as promessas de uma Europa social, antes do alargamento, antes de se abrir a competição num quadro de erosão dos direitos dos trabalhadores com as deslocalizações para a Europa central.

Os sindicatos da CES e o seu poderoso lobby receberam o maior balde de água fria da Convenção, se exceptuarmos o Vaticano e a sua proposta de referência ao cristianismo no Preâmbulo. Conseguiram que a Carta fosse integrada no texto do Tratado Constitucional, mas sofreram quatro derrotas catastróficas:

- O artigo I 3.3, que devia especificar o “modelo social europeu” viu-se condicionado às “exigências de uma economia altamente competitiva”, em consequência das pressões do lobby da patronal europeia, UNICE.

- As políticas sociais continuariam a ser competência ex-



clusiva dos estados membros e ficava afastada qualquer possível harmonização fiscal.

- A aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais limitava-se, por ultimato da Grã-Bretanha de Blair, às políticas comunitárias como resultado do novo Título VII, parte II. Em termos práticos, afectava só os funcionários comunitários, por terem os estados membros competência exclusiva sobre as políticas sociais.

- Toda a Parte III do Tratado, que não foi nunca discutida pela Convenção e que o Conselho Europeu incluiu a pedido da Comissão, convertia em lei as políticas neoliberais que procuram reduzir à sua mínima expressão o estado de bem estar.

Apesar disso, dos protesto iniciais da FGT belga, das greves parciais e gerais em alguns sectores, da crise da social-democracia alemã, e de um sem-fim de choros e lamentos, a CES decidiu votar SIM crítico, ou seja, SIM porque enfrentava o facto de não ter nenhuma alternativa.

CRISE NO PARTIDO SOCIALISTA FRANCÊS

No entanto, em França, um sector importante da esquerda do Partido Socialista manifestou-se abertamente pelo NÃO. Sem dúvida por razões táticas, marcadas pelo facto de Chirac e a direita terem rentabilizado a seu favor o SIM e uma candidatura presidencial socialista em 2007 não terá qualquer possibilidade se não começar uma polarização política fundamental desde já.

Ao mesmo tempo que o debate é imprescindível, também o é a resistência, nacional e a nível europeu, contra a nova vaga de reformas neoliberais previstas na “Estratégia de Lisboa”.

Laurent Fabius, antigo primeiro ministro e ministro da economia, “socio-liberal” confesso, pretendente a encabeçar a candidatura presidencial socialista em 2007, publicou um livro, *Une certaine idée de l'Europe*, para se colocar em frente da campanha interna pelo NÃO, com três argumentos principais: 1) o tratado, que não é uma constituição, seria irreformável ao exigir a unanimidade; 2) a “livre concorrência” é a única norma e os serviços sociais vão perder peso; 3) sem harmonização fiscal as deslocalizações transformarão a França num deserto pós-industrial. Assinalou que a palavra mercado é 78 vezes citada no tratado e o pleno emprego uma só vez.

Atrás do seu antigo inimigo, reagrupou-se grande parte da esquerda do Partido Socialista, entre ela os sectores provenientes da LCR (enquanto os de origem lambertista se situaram quase todos no campo do SIM). Na campanha para as eleições europeias, que marcou a recuperação eleitoral dos social-democratas franceses, foram capazes de impôr uma orientação que fosse reflexo da palavra de ordem “Agora, a Europa social!”, francamente incompatível com os resultados da Convenção. A pressão de movimentos sociais era visível nas mobilizações contínuas e ameaçava organizar-se através dos Fóruns Sociais Europeus, como o ocorrido em Paris, e nas candidaturas da LCR-LO.

Os partidários do SIM no PSF foram apanhados de surpresa, tendo que aceitar um referendo interno a 1 de Dezembro de 2004, mas reagruparam-se rapidamente atrás da direcção de François Hollande. Dominique Strauss-Kahn publicou um contra-livro *Sim! Carta aberta aos filhos da Europa*. A sua argumentação em resumo: 1) pela primeira vez a Europa tem um Tratado em que se tratam temas sociais, o primeiro de outros passos que aí virão; 2) faz falta uma Europa que seja uma potência de contrapeso aos Estados Unidos; 3) o aparelho institucional da UE é um instrumento neutral que tanto pode ser utilizado pela direita como pela esquerda. Mas a situação não devia estar muito clara a seu favor, uma vez que foram pedir ajuda para a campanha interna a políticos tão desacreditados como Felipe Gonzalez.⁴

A ESQUERDA DO NÃO

A esquerda do NÃO também se encontrou com importantes problemas para definir as suas táticas para esta campanha. Convém por isso, retomar os debates em cada um dos quatro instrumentos que conta para fazer política europeia.

O primeiro é o grupo da Esquerda Unitária Europeia-Esquerda Nórdica, conhecido pela sua sigla em francês, GUE.

Desde o início dos debates sobre a Convenção, em que praticamente não esteve representada, surgiram quatro posições: 1) a dos partidos estalinistas anti-europeus (KKE grego, PCP) e da Lutte Ouvrière, que não queriam saber do assunto e denunciavam sem mais a UE; 2) os partidos nórdicos, empenhados numa campanha para sair da UE, em nome da protecção dos seus direitos sociais; 3) os partidários do SIM crítico, como vários deputados do PDS alemão, a Izquierda Unida do estado espanhol e do PCF ou do PcdI; 4) finalmente, os partidários do NÃO como a Refondazione Comunista e a LCR. O GUE ficou bloqueado e os resultados das eleições europeias reforçaram os partidos estalinistas (graças ao Partido Comunista da Boémia e Morávia) aumentado por sua vez as diferenças com os nórdicos.⁵

O segundo instrumento é o Partido da Esquerda Europeia (PEE), uma iniciativa de Bertinotti cujo centro de gravidade são a Refondazione, Izquierda Unida e Synaspismos, as três grandes formações pluralistas da esquerda alternativa no sul da Europa. François Vercammen fez uma análise detalhada do PEE, em que o Bloco de Esquerda participa enquanto observador, que não será necessário repetir.⁶ Basta-nos assinalar que o PEE teve uma influência positiva, através do peso da Refondazione no debate a favor do NÃO na Izquierda Unida, que no final, acabou adoptando esta posição depois de um intenso debate em que os sectores de esquerda se impuseram ao partidários do SIM crítico. O PEE tornou público, depois da sua última reunião em Roma, um Manifesto pelo NÃO e quer coordenar alguns elementos da campanha a nível europeu. É evidente que o NÃO cumpre um papel identitário e estratégico para Bertinotti na sua tática de alianças com a Oliveira e Prodi, para derrotar eleitoralmente Berlusconi.

O terceiro instrumento é a Conferência Anticapitalista Europeia que agrupa uma parte substancial da esquerda revolucionária (LCR francesa, SWP inglês) e organizações plurais da esquerda alternativa como a Aliança verde vermelha dinamarquesa, o SSP escocês, o Bloco de Esquerda português, o EuiA da Catalunha, tendo como observadores o núcleo central do PEE (RC, IU, Synaspismos). A Conferência fez um interessante trabalho de acumulação teórica – respondendo aos principais temas da campanha contra o NÃO – e da coordenação prática nos Fóruns Sociais, Euromarchas e outras iniciativas sociais. No entanto, foi incapaz de organizar uma campanha conjunta para o Parlamento Europeu e os maus resultados da candidatura LCR-LO bloquearam, por enquanto, os seus trabalhos, ainda que nas organizações que a compõem prossiga o debate sobre os desafios estratégicos da esquerda alternativa europeia.

Por último, os Fóruns Sociais Europeus, síntese organizativa da grande mobilização do movimento antiglobalização, serviu para tornar presente um novo “sentido comum” alternativo e abriu debates essenciais. Mas o próprio êxito do movimento e a sua contínua ampliação a novos sectores obrigam a respeitar ritmos de politização muito variados. Apesar disto a Assembleia de Movimentos Sociais do Fórum de Londres fez um claro apelo a outra Europa possível e alternativa ao projecto do tratado Constitucional da UE [ND: ver texto sobre FSE nesta edição da revista Combate].

CONCLUSÃO

A campanha pelo NÃO é um elemento de definição ideológico central para a esquerda alternativa, mas não será uma linha de demarcação que separe águas entre “socio-liberais” e “alternativos” como queriam alguns sectores esquerdistas. Para que seja possível, há que enraizar socialmente a esquerda alternativa nas lutas reais e realizar de vez a mudança da relação de forças com a esquerda socio-liberal a nível social e institucional.

Entretanto é necessário um debate estratégico, que já começou em toda a Europa, sobre os problemas tácticos essenciais: a questão do governo e o balanço da experiência da esquerda plural em França; a necessidade de acumular forças revolucionárias ao mesmo tempo que se constróem organizações plurais da esquerda alternativa ligadas aos movimentos sociais; a combinação do trabalho social com o institucional e parlamentar; as políticas de frente única e de unidade na acção entre as organizações revolucionárias e as da esquerda alternativa, e entre estas e a esquerda socio-liberal face à direita, a elaboração de uma visão alternativa à construção europeia e a solução democrática para a questão nacional, para só citar as mais urgentes.

Ao mesmo tempo que o debate é imprescindível, também o é a resistência, nacional e a nível europeu, contra a nova vaga de reformas neoliberais previstas na “Estratégia de Lisboa”, a que o relatório Kok dará novo alento. Alemanha e Holanda são aqui os exemplos de resistência sindical, a seguir.

*G. Buster é redactor da revista Viento Sur, militante de Izquierda Unida e membro do CEI da IV Internacional. buster@combate.info

NOTAS:

¹ Existem já estudos empíricos parciais de muitos países europeus, mas recomendaria a quem se interessar, o que de mais completo encontrei sobre o assunto: *Les ouvriers et la politique*, de Guy Michelat e Michel Simom, Presses de Science PO, 2004. Para uma perspectiva de largo prazo, John Nelly, *Rethinking Industrial Relations*, Routledge-LSE, 1998.

² “Os franceses temos uma imensa responsabilidade”, entrevista a François Hollande, El País, 27 de Novembro 2004.

³ Sobre “Penélope” ver G. Buster, *Los trabajos de la Convention sobre el futuro de Europa*, Viento Sur, nº 70 (www.vientosur.info) e Peter Norman, *The Accidental Constitution, The Story of the European Convention*, Eurocoment, Bruxelas, 2003. Jacques Delors, o nunca

esquecido Presidente da Comissão nos anos 90, deixou na Comissão um clã de funcionários formados na sua visão social-liberal e federalista da construção europeia que ocupam hoje muitas Direcções gerais e postos nos gabinetes dos Comissários.

⁴ O Le Monde publicou na sua página web (www.lemonde.fr) um interessante debate entre os partidários do SIM e do NÃO no PSF, dirigido pelo ex-militante da LCR Edwy Plenel, com o título *La gauche face a l'Europe*, 21 Outubro de 2004 que resume muito bem as posições de uns e de outros.

⁵ Ver G. Buster, *Fuite en avant du project néoliberal européen*, Inprecor 495/496, Julho-Agosto 2004 (www.inprecor.org)

⁶ Ver Inprecor nº 494 de Junho 2004.



FÓRUM SOCIAL EUROPEU ARTICULAR AGENDAS PARA UMA EUROPA ALTERNATIVA

MAMADOU BA *

FOTOGRAFIAS DE JOÃO LUCIANO VIEIRA

O TERCEIRO FÓRUM SOCIAL EUROPEU, REALIZADO EM LONDRES, REFLECTIU O MOSAICO DOS VÁRIOS INTERVENIENTES NO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA EUROPA, UMA EUROPA SOCIAL, ALTERNATIVA À LÓGICA MERCANTILISTA DO NEOLIBERALISMO CAPITALISTA.



VIERAM DE TODAS as partes da Europa e não só, são membros de diversas organizações sindicais, feministas, de direitos humanos, de intervenção local, são dos movimentos contra a guerra, ambientalistas, internacionalistas, com sensibilidades e tradições sócio-políticas bastante heterogêneas. Criaram espaços de expressão de múltiplas causas colectiva e individualmente tanto para as organizações bem estruturadas com para aquel@s que não têm voz.

Neste Fórum Social, à semelhança dos anos anteriores, em Florença e Paris, uma das palavras de ordem era: “contra o capitalismo neoliberal, contra a guerra, pela paz e por um mundo sem racismos”.

Além dos plenários, dos seminários, dos “workshops” e das mesas de controvérsia, um dos momentos mais importantes, apesar de se realizar à margem do FSE, é a Assembleia dos Movimentos Sociais. Este espaço, político por excelência, reflectiu no seu apelo final a pluralidade das preocupações e das agendas do movimento social europeu, procurando articulá-las de forma a potenciar uma intervenção política mais coesa, mais visível e mais eficiente no combate à guerra, e ao neoliberalismo.

As reivindicações e subsequentes iniciativas vão da oposição ao “muro do apartheid” de Sharon, às campanhas contra os perigosos OGM, passando por apelos a mobilizações europeias contra as cimeiras da NATO de Nice, em Fevereiro de 2005 e do G8 na Escócia em Julho de 2005, por mobilizações cidadãos no dia 8 de Março para combater a Europa patriarcal,

o sexismo e a violência contra as mulheres, lutando pelo direito à opção em matéria de IVG.

Nesta mesma lógica de articulação solidária das agendas políticas do movimento social europeu, na luta contra a Europa-Fortaleza, por um espaço de liberdade e de igualdade de direitos, contra o racismo e para a livre circulação e a livre instalação, juntar-se-ão milhares de cidadãos europeus para uma jornada europeia de solidariedade com os cidadãos imigrantes, no dia 2 de Abril de 2005.

Os movimentos sociais europeus reafirmaram neste mesmo apelo a sua oposição firme ao projecto de Constituição Europeia. Além de não ter nascido de um processo constituinte democrático, revela-se como uma imposição autoritária de teor conservador, neoliberal e militarista, ao incorporar geneticamente a NATO na sua arquitectura institucional. Este projecto de constituição europeia representa uma ameaça à democracia, porque assenta num ataque sem precedentes aos direitos básicos ao emprego, à saúde, à educação, à liberdade, baseando-se na doutrina neoliberal rentista, que visa mercantilizar todos os serviços públicos. Por isso, haverá mobilizações em no dia 30 de Outubro contra a assinatura do Tratado Constitucional e no dia 11 de Novembro contra a directiva Bolkestein.

Seguramente que o ponto alto destas mobilizações será a manifestação europeia em Bruxelas a 19 de Março, coincidindo com o segundo aniversário da invasão do Iraque, a 20 de Março, e a reunião do Conselho europeu, de 22 a 23 Março.



FSE EM LONDRES UM PROCESSO DIFÍCIL

Cerca de 25 mil pessoas participaram em Londres nesta terceira edição do FSE. Nos três dias de Fórum, tiveram de escolher por entre as mais de 500 conferências e debates, para além das actividades culturais e de iniciativas promovidas por colectivos e movimentos fora do espaço do FSE. Naturalmente, não se esperava um Fórum como os outros, logo a começar pelas características dos organizadores no terreno. Os movimentos e organizações políticas inglesas têm uma tradição bem conhecida de dificuldades na experiência de trabalho em comum, que se traduz num panorama organizativo disseminado por múltiplas organizações, muitas delas simplesmente proclamativas e sem enraizamento social. Este Fórum, embora tenha dado um passo importante ao juntá-las quase todas na mesma iniciativa, transportou naturalmente com elas as marcas de anos de confronto político, em grande medida estranho à realidade do resto da Europa. O facto de a organização contar com o apoio político e material do mayor de Londres, Ken Livingstone, entretanto regressado à família trabalhista, foi o maior foco de tensão presente num Fórum em que a crítica a Blair e aos trabalhistas pelo alinhamento com Bush na guerra do Iraque foi o tema dominante, quase abafando as questões ligadas aos serviços públicos, direitos laborais e constituição europeia. Com milhares de “foristas” acampados no *Millenium Dome*, o elefante branco que Blair construiu em Londres para assinalar a passagem do milénio, e a presença de segurança contratada, não faltou quem assinalasse as contradições entre o espírito do FSE e a forma como este foi organizado. Para evitar maiores dissabores, Livingstone acabou por cancelar a sua presença na abertura do evento e não foi visto nos corredores sempre sobrelotados do Alexandra Palace... **LB**

Todas estas causas aspiram a uma outra sociedade, lutam todas contra a doutrina neo-liberal assente na guerra, nas exclusões, nas discriminações e nas injustiças! O FSE deve ser capaz de lhes dar igual espaço de expressão.

Se é verdade que o movimento social europeu ainda apresenta uma relativa debilidade organizativa, ele não deixa de ser uma plataforma política importante para responder às políticas neoliberais da Europa, a partir de um amplo leque de associações e organizações da sociedade civil.

O fórum social deve, por isso, dinamizar e favorecer, em primeiro lugar, o surgimento de múltiplas sensibilidades sociais e políticas, promovendo um diálogo e o intercâmbio entre elas, e em segundo lugar incentivar a sua participação – não só como espectador, mas sim como actor – fortalecendo a sua emancipação e auto emancipação. Por conseguinte, os eixos centrais devem contemplar todos os temas que mobilizam e motivam essas sensibilidades, procurando promover a participação igualitária e efectiva de todas e todos os intervenientes na construção de uma alternativa política à Europa neoliberal.

Além de a sua força residir na sua diversidade, o que mais singulariza o Fórum Social Europeu é a abrangência do seu calendário político e a necessidade de articular esta agenda numa dinâmica de resposta política concreta a nível de coordenação da resistência ao neoliberalismo selvagem.

O processo dos fóruns sociais deve assumir uma postura transversal a todas as discussões políticas por uma Europa alternativa. O denominador comum destas causas é que todas aspiram a uma outra sociedade, lutam todas contra a doutrina neoliberal assente na guerra, nas exclusões, nas discriminações e nas injustiças! O Fórum Social Europeu deve então ser capaz de exprimir todas as formas de injustiças, todas as causas mas também e sobretudo dar igual espaço de expressão a todas essas causas, cada uma com a sua forma de expressão. É por isso, que na elaboração do programa tanto cultural como temático, quer nos eixos centrais, quer nas oficinas, nos workshops e ateliers, o fórum terá também que ter em consideração as diferentes sensibilidades e culturas políticas.

Enfim, há que reflectir à luz do balanço mitigado de todo o processo do Fórum social Europeu para tirar rapidamente as ilações que se impõem quanto às possíveis derivas de intolerância, estreitamento do espaço de expressão das diferenças. Há que definitivamente encontrar uma resposta consensual à tentativa de homogeneização ou de hierarquização do debate político no processo do Fórum Social Europeu, para que a próxima edição, na primavera de 2006 na Grécia, não cometa os mesmos erros.

* Dirigente da Associação SOS Racismo. mamadou@combate.info

REFUNDAÇÃO COMUNISTA UM LABORATÓRIO ITALIANO

JORGE COSTA*

ILUSTRAÇÕES DE RICHARD CÂMARA

PARA MUITOS LEITORES DO COMBATE, O PARTIDO DA REFUNDAÇÃO COMUNISTA É UM VELHO CONHECIDO. OS MILITANTES ITALIANOS DA IV^a INTERNACIONAL PARTICIPAM NA CONSTRUÇÃO DO PRC DESDE A SUA FUNDAÇÃO E, NOS ÚLTIMOS ANOS, ENCONTRAMOS O PROTAGONISMO DA “RIFONDAZIONE” EM MUITOS RELATOS SOBRE FÓRUNS SOCIAIS, SOBRE OS PASSOS DE CONVERGÊNCIA DAS ESQUERDAS ANTI-CAPITALISTAS EUROPEIAS, SOBRE A DINAMIZAÇÃO DE UM DOS MAIORES LEVANTAMENTOS CONTRA A GUERRA DO IRAQUE EM TODO O MUNDO, O ITALIANO.

A HISTÓRIA RECENTE do PRC é a de uma opção que o marcou: em 1998, a Refundação Comunista terminava a sua participação no governo Prodi, depois de a maioria dos militantes assumir, em congresso, a ruptura com o sector mais tradicionalista do comunismo italiano (liderado por Armando Cossutta), defensor da continuação da aliança governamental e que, para isso, veio a formar o PCdI. Na ruptura, o PRC perdia para Cossutta a maior parte da sua bancada parlamentar, mas o balanço do executivo de centro-esquerda falava mais alto: a vaga socialista que dominou a Europa na segunda metade dos anos noventa defraudou as expectativas de milhões. Sob o seu mandato (treze em quinze governos da UE), criou-se o Pacto de Estabilidade, bússula do neoliberalismo europeu até hoje, enquanto as bombas da NATO se abateram sobre a Jugoslávia. Ao romper com a coligação “A Oliveira”, a Refundação Comunista conquistava um espaço político novo, continuamente ampliado. Esta estratégia antagonista desenvolveu-se pela integração nos movimentos sociais e afirmou-se eficazmente como referência política e eleitoral (6,1% nas últimas europeias).

A partir de Junho de 2003, a direcção de Fausto Bertinotti assume uma viragem radical (que suscita, aliás, a distinção dos militantes da IV^a Internacional, até aqui participantes na linha maioritária): a prioridade desloca-se para o desenvolvimento de negociações com o centro-esquerda para uma alian-

Partindo da consciência existente, uma força anti-capitalista tem o seu instrumento preferencial num programa de governo próprio cujos elementos de ruptura, mesmo que parciais, configurem uma inversão de tendência realizável aos olhos da maioria social.

ça de governo. No partido, a nova orientação foi até agora tangencialmente maioritária e o debate está em curso (as teses de Bertinotti estão disponíveis em <http://esteri.rifondazione.co.uk/internazionale/i0036.html>; as da esquerda crítica em http://sinistracritica.altervista.org/documenti/mozione_conclusiva1.doc). O congresso da Refundação Comunista realiza-se no início de Março de 2005.

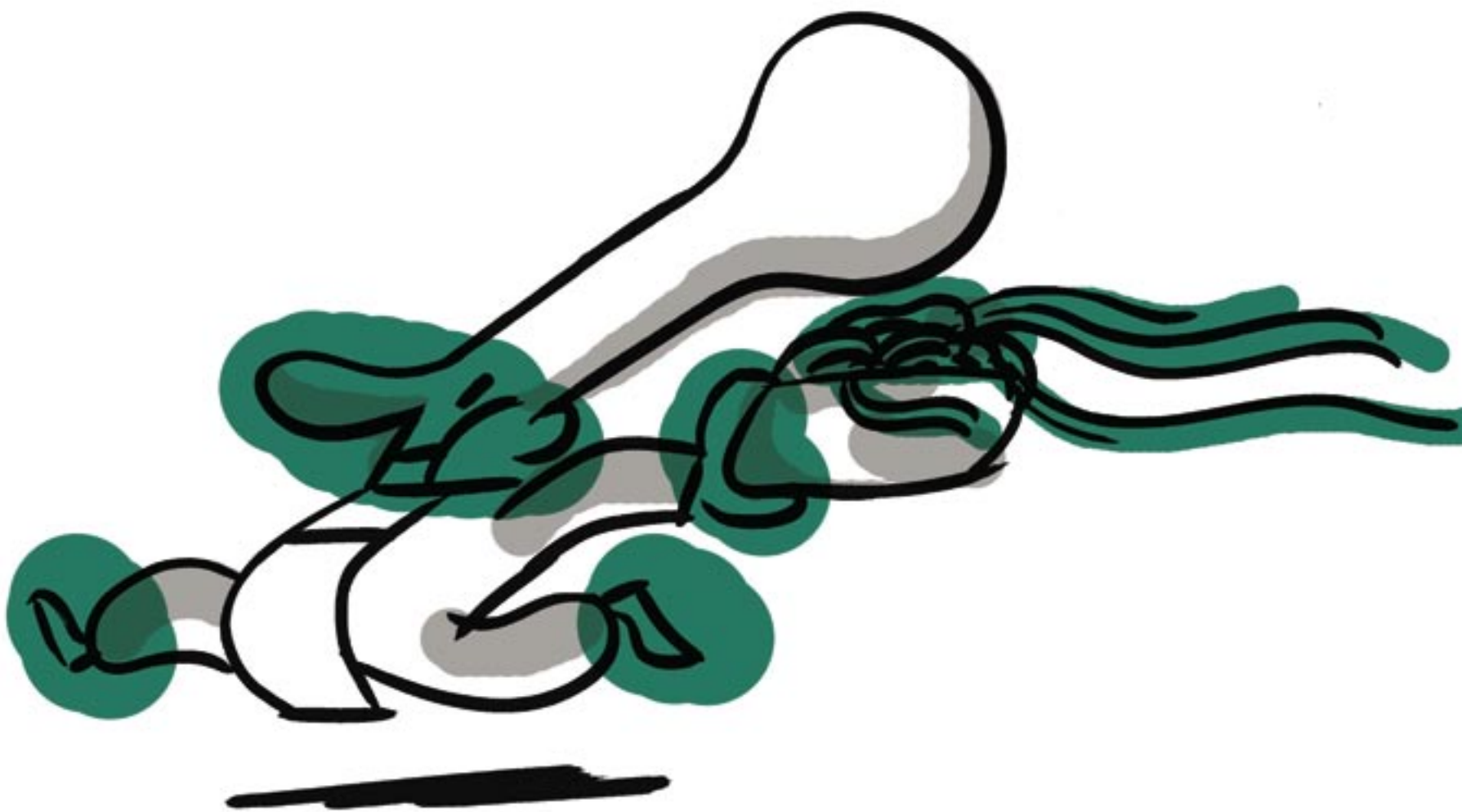
A política italiana é um laboratório (e dizê-lo é um *cliché*...). Sem abusar da presente experiência, devemos acompanhá-la com o interesse que a importância do PRC na esquerda europeia justifica – e aprender com ela.

DUPLO BALANÇO DO NEOLIBERALISMO

Como em Portugal, a análise crítica italiana do período actual faz-se sob o signo do populismo de direita, que tem em Roma uma vanguarda, o governo Berlusconi. Como cá, a “crise” política permanente é a natureza da governação. A violência determinada das contra-reformas em todos os sectores – do mundo do trabalho, aos direitos individuais (das mulheres em particular), dos serviços públicos à política de imigração – contrasta com o estado de emergência constante no bloco político da direita. O desgaste rápido é a doença da alternância liberal. A montante desta instabilidade, encontra-se a ruptura do chamado “pensamento único”, falido na opinião pública a partir de uma contra-hegemonia (“um outro mundo é possível”) que levou às ruas milhões de pessoas em todo o mundo. A partir daqui, nas suas teses, Bertinotti conclui por uma crise do liberalismo, “como estrutura ideológica e como modelo geral de política económica e social”. Neste espaço aberto, tratar-se-ia hoje de juntar forças capazes de evitar a continuidade neo-centrista, como lhe chama Bertinotti, e impor outro modelo.

Na esquerda do PRC, a análise é diferente: há de facto uma crise da apologia do neoliberalismo – que já se defende como estado de necessidade para a competitividade económica – e um reacendimento de lutas sociais importantes, da União Europeia (Itália incluída) à América Latina e à Ásia. Mas o traço comum destes processos é a ausência de vitórias significativas, mesmo parciais, avanços das lutas de classe que gerem confiança. Do lado dos governos europeus, nenhum sinal de política económica expansiva, estímulo da procura, etc. Nos últimos meses, dois elementos importantes somam-se a este balanço: a vitória de Bush nos Estados Unidos, que reforça a guerra de pilhagem, e a queda de Porto Alegre, capital simbólica da “alterglobalização”, submersa na desilusão com Lula depois de quatro mandatos municipais da esquerda do PT.

A esta degradação generalizada da relação de forças social, soma-se um ponto-da-situação crítico sobre o caminho percorrido pela esquerda moderada. Em Itália, a segunda vitória de Berlusconi em 2001 abriu um processo dilacerante no centro-esquerda (naquelas eleições, o PRC apresentou-se sozinho – com o habitual acordo técnico-eleitoral com o centro-esquerda imposto pelo sistema eleitoral maioritário – e conseguiu resultados muito razoáveis). O cansaço de parte da base social moderada exprimia-se no movimento dos “girotondi”, cujo rosto mais conhecido era o do cineasta Nanni Moretti. As classes médias politizadas mostravam o seu desgosto com a direcção que havia aberto caminho ao regresso de Berlusconi: D’Alema, Fassino (DS), Rutelli (Margarida) e, à cabeça, Romano Prodi (independente). Porém, o cenário de uma nova direcção, protagonizada por Sérgio Cofferati, secretário-geral da central sindical CGIL, gorou-se quando este optou pela Câmara Municipal de Bolonha. Passou o tempo crítico para as cúpulas do centro-esquerda, que, molemente, foram espe-



O QUE PROPÕE A ESQUERDA DA REFUNDAÇÃO

A CORRENTE ERRE (IV^a INTERNACIONAL) ANIMA UM ESPAÇO QUE SE APRESENTA AO PRÓXIMO CONGRESSO DO PRC SOB A SIGLA “ESQUERDA CRÍTICA”. O QUE SE SEGUE É UM PEQUENO EXCERTO DA INTERVENÇÃO DE LUIGI MALABARBA, CHEFE DA BANCADA DO PRC NO SENADO, NO FINAL DO PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DESTA CORRENTE.

O que propomos ao partido é um percurso de testes perante a sociedade, realista e sem ultimatoss.

O primeiro teste é a unidade de acção, agora, para construir a oposição social sobre uma plataforma partilhada. O centro-esquerda deve cessar todo a proclamação de suficiência e abandonar o desprezo e a criminalização na relação com as

lutas, como aconteceu recentemente com o sector dos transportes e metalúrgicos.

Em segundo lugar, se se excluir francamente qualquer hipótese de convergência naquilo a que Bertinotti chegou a chamar “implantação de sociedade a partilhar” - e se mesmo o debate sobras supostos condições sine qua non é obviamente reduzido -, nós não queremos deixar de testar a possibilidade de um outro nível de unidade de acção com o centro-esquerda: a de um acordo político-eleitoral assente pelo menos na disponibilidade de um possível governo de centro-esquerda para revogar as leis mais iníquas do governo Berlusconi. Se não existe um programa comum, pelo menos construamos as condições de unidade de acção para cancelar a lei 30 [reforma do mercado de emprego], a reforma Moratti [privatização do ensino], a lei sobre procriação medicamente assistida, etc. Para fazer um acordo político-eleitoral, não programático, é necessária pelo menos esta disponibilidade.

Esta graduação de convergência poderia ser definida conjuntamente com as forças políticas e sociais da alternativa, a fim de aproximar deste processo milhões de pessoas. Este pode ser o nosso papel, em vez do “nada a fazer” se não houver acordo programático.



Bom exemplo de erro seria a linha política que o Público inventou para o Bloco em Junho, quando Belém ainda parecia hesitar na entronização de Santana Lopes (“Bloco dá garantias a Sampaio sobre uma maioria de esquerda”, manchete, 7/7/04).

rando o fim maduro de um governo de austeridade, afogado em histórias de incompetência, autoritarismo e corrupção. Os derrotados de 2001 sobreviveram e a sua proposta chama-se agora Grande Aliança Democrática (GAD).

A marca do processo que vem afirmando a GAD é a ausência de debate programático, para não falar de quaisquer sinais de autocritica sobre a governação dos anos 90. O que explica essa ausência não é falta de imaginação ou excesso de divergência, mas o consenso político no centro-esquerda

em torno das políticas do neoliberalismo da UE. Não admira: Romano Prodi - que prepara uma auto-legitimação à americana, através de votações primárias no centro-esquerda para o futuro primeiro-ministro - foi o presidente da Comissão Europeia que ajudou a levar a União até ao tratado constitucional que quer eternizar as políticas neoliberais destes anos. Ainda em Janeiro passado, na ponta final do seu consulado, o comissário Prodi dava à luz a directiva Bolkestein, relativa aos serviços no mercado interno da União, um texto que dá passos de gigante na desregulação do mercado de trabalho. Já

no parlamento italiano, a proposta da Refundação Comunista de uma readequação salarial à inflação no final de cada ano, foi terminantemente recusada pelas forças do centro-esquerda. Em pleno processo de convergência e afirmação da GAD, a esquerda social-liberal chega mesmo a ultrapassar Berlusconi pela direita, criticando os seus deslizes orçamentais e a sua falta de rigor monetarista (note-se que, em Novembro, José Sócrates proporcionou espectáculo semelhante, na sua crítica o anúncio da descida do IRS pelo governo). Quanto à guerra, o centro-esquerda distingue-se por uma visão multilateral, bem contraditória com o sentimento popular que se mobilizou em grande escala no país (Prodi tem defendido o envio de uma força da ONU para o Iraque sem sequer explicitar a retirada norte-americana).

Com efeito, a Itália é dos países onde é mais evidente a absorção da social-democracia pelo liberalismo, tendência profunda que preside à alternância em toda a Europa e característica essencial do período aberto com o fim do Bloco de Leste. É contra esta parede que parecem esbarrar os clamores de Fausto Bertinotti por umas “primárias de programa” com o centro-esquerda.

ERRAR SEM PROGRAMA

A construção de uma alternativa de esquerda para a maioria, um projecto de transformação que se enraíze socialmente, confronta-se necessariamente com a verdade da política: a saturação com a direita governante, a impaciência do “povo de esquerda”, o valor facial da “unidade” entre quem precisa de alternativa. Na consciência popular, a questão chama-se governo e, face a ela, a esquerda anti-capitalista tem pelo menos dois erros a evitar, simétricos e graves. O primeiro é a negação doutrinária de qualquer acordo na esquerda, a auto-proclamação a frio, disfarçada de pedagogia de massas. O seu único resultado é o isolamento do partido face às expectativas de muitos que nele confiam.

O segundo erro resulta da ilusão de conseguir através da participação governamental (ou de acordos políticos permanentes) o que não se conquista hoje no conflito social, a saber, uma relação de forças que permita mudanças substantivas na vida da maioria da população. Bom exemplo deste erro seria a linha política que o *Público* inventou para o Bloco de Esquerda em Junho passado, quando Belém ainda parecia hesitar na entronização de Santana Lopes (“Bloco dá garantias a Sampaio sobre uma maioria de esquerda”, manchete, 7.7.2004). O desmentido foi imediato: só aprovamos orçamentos e leis que conhecemos e que correspondam aos nossos compromissos programáticos e eleitorais. “No futuro, o Bloco continuará a

comportar-se como perante os governos de Guterres ou Barroso”, sublinhava-se em comunicado. Uma garantia de acordo pré-eleitoral (parlamentar, neste caso) esvaziaria o lugar do Bloco e a sua credibilidade na sociedade. A ausência de conteúdos claros é o suicídio da alternativa: em lugar de debate público e mobilização em torno de propostas que exponham as contradições do centrão, qualquer convergência sem programa importa as contradições para o campo próprio da esquerda alternativa e para a sua relação com os movimentos sociais.

Partindo da consciência existente, uma força anti-capitalista tem o seu instrumento preferencial num *programa de governo próprio* que contenha elementos de ruptura, mesmo que parciais, que configurem uma inversão de tendência realizável aos olhos da maioria social: redução do horário de trabalho, escala móvel de salários, imposto sobre as grandes fortunas, nacionalização de alguns sectores produtivos, redução do armamento e despesas militares, etc. O impacto deste tipo de reivindicação, a sua eficácia a gerar consciência e movimento, foi bem demonstrada, em Itália, ainda no ano passado. Face à reforma da lei laboral, em que Berlusconi reduziu os direitos contratuais dos trabalhadores de pequenas e médias empresas, o PRC dinamizou uma campanha por um referendo, exigindo a extensão daqueles direitos, ameaçados nas PME, a todos os precários já então deles excluídos. Contra o centro-esquerda, os sindicatos maioritários e, naturalmente, contra o patronato - todos apelaram à abstenção para tornar a consulta não-vinculativa -, onze milhões de italianos foram às urnas em contra-ofensiva. O referendo foi derrotado, mas o eco popular da iniciativa transcendeu largamente o espaço político dos seus promotores, tornados parte de diálogo com um sector da cidadania abandonado pelos aparelhos tradicionais da esquerda.

Como escreve Salvatore Cannavò, director-adjunto do diário do PRC e dirigente da corrente *Erre*, o presente debate diz respeito à própria ideia do partido necessário e da natureza do poder: “este partido é principalmente um partido de luta e não de governo. Não porque não queira colocar-se o problema do governo, mas simplesmente porque o vê como o fruto de um ciclo de lutas prolongado e vencedor, que crie condições mínimas para a gestão de um sistema social e económico. O governo não pode ser senão o êxito combinado de uma ruptura com a ordem existente, fruto de um protagonismo excepcional, e de espaços de contra-poder - num contexto internacional não hostil. Sem estas condições, mínimas, o governo redundaria rapidamente numa adaptação ao existente”.

* Dirigente do Bloco de Esquerda. jorgecosta@combate.info

LIVIO MAITAN E O FIO CONDUTOR

ANTÓNIO LOUÇÃ*



**A VIDA DE LIVIO MAITAN
ENTRELAÇA-SE DE FORMA
INDESTRINÇÁVEL COM A ODISSEIA
DA REVOLUÇÃO NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XX E
COM A LUTA POR UM PARTIDO
MUNDIAL DESSA REVOLUÇÃO.
NÃO SE TRATA, NAS LINHAS
SEGUINTE, DE “CONTAR” ESSA
VIDA, MAS DE ENUNCIAR UM
DILEMA ESSENCIAL QUE LIVIO
ENFRENTOU E QUE TODOS E TODAS,
MILITANTES REVOLUCIONÁRIOS,
ESTAMOS CONDENADOS A TER DE
ENFRENTAR: O QUE FAZER, QUANDO
A REVOLUÇÃO SE MOSTRA REBELDE
AOS ESQUEMAS E PREVISÕES DA
ESCOLÁSTICA MARXISTA?**

O DILEMA É ESSENCIAL, porque não se trata de uma questão suscitada apenas em circunstâncias excepcionais. Esse “quando” é “sempre”. A revolução é, por natureza e definição, o reino do imprevisto. Em cada viragem inesperada dos acontecimentos, surge a tentação de lançar borda fora a teoria e o programa revolucionários.

Ver o que há de novo em cada situação histórica é meio caminho andado para nos interrogarmos sobre o nosso ponto de partida. Perguntas difíceis, que ao longo do século passado paralisaram muitos companheiros, aterrados pelo abismo de incertezas que parecia abrir-se à sua frente. Uma das respostas possíveis, a resposta sectária, consiste em negar a existência do que é novo, em esconder a cabeça na areia e em procurar, à viva força, ver no caudal tumultuoso da vida uma mera confirmação do que já estava dito. Mas difíceis também, as perguntas, porque cada pacote de novidades que nos surge pela frente tem criado com regularidade e frequência uma legião de entusiastas que surpreendem um átomo de novidade e logo julgam ter descoberto a pólvora. Armados com este último grito da sabedoria, julgam poder dispensar o “envelhecido” marxismo como guia para a acção. Um relance sobre a história do século passado, mostrar-nos-ia que o batuque sobre a obsolescência do marxismo é, ele próprio, velho como esse século, e com uma fatal tendência para se repetir a si próprio e à sua cassette.

O fio da vida militante de Livio Maitan começa com o seu recrutamento para a Resistência, durante a ocupação nazi do Norte da Itália. Obrigado a fugir para a Suíça, recebe a notícia da Libertação num campo de refugiados.

É isto que confere especial significado a uma vida longa, com as inevitáveis incoerências de quem escuta, observa e intervém num filme rebelde a todos os guiões, e que, apesar desse carácter activista e irrequieto, mostra, no fim do caminho, um fio condutor para além das peripécias de cada momento. O fio da vida militante de Livio Maitan começa com o seu recrutamento para a Resistência, durante a ocupação nazi do Norte da Itália. Obrigado a fugir para a Suíça, recebe a notícia da Libertação num campo de refugiados. No imediato pós-guerra adere à IVª Internacional, onde vai militar durante mais de meio século e, em breve, desempenhar um papel dirigente de primeiro plano. A jovem organização e os seus jovens dirigentes logo se vêem confrontados com o primeiro grande imprevisto: das ruínas da guerra, do descrédito da burguesia, dos horrores de Auschwitz, Katyn e Hiroshima, não emerge um proletariado disposto a quebrar as suas cadeias, e sim uma vaga de fundo favorável à política estalinista. A Internacional responde a este quadro inesperado com uma política chamada de “entrismo sui generis” e recomenda às suas secções que se integrem nos partidos estalinistas.

Sobre os debates que envolveram e justificaram essa política, muitas citações se têm feito, mas nenhuma tão eloquente como este facto: Livio Maitan, Ernest Mandel e Pierre Frank sobrevivem à dinâmica auto-dissolvente do entrismo e mantêm a luta pela construção de uma Internacional revolucionária. Maitan, Mandel e Frank constituem então a equipa dirigente da IVª Internacional. Pelo caminho, resistem ainda à deriva ministerialista de Michel Raptis (Pablo) na Argélia e da importante secção da IVª Internacional em Ceilão: mesmo se o mundo do pós-guerra não é ainda o das revoluções proletárias, o movimento trotskista existe para lutar por elas, e não para se deixar calar com o prato de lentilhas de uma qualquer participação em governos social-democratas, estalinistas ou nacionalistas pequeno-burgueses.

Dir-se-á que, ao reconhecer acertadamente o alcance da revolução cubana de 1959, essa equipa dirigente aceita o bebé e também a água do banho, a guerrilha erigida em estratégia continental para a tomada do poder. E, com efeito, o balanço da política guerrilheirista na América Latina foi um de pesados retrocessos. Dentro da Internacional, Livio mantém a este respeito acaloradas discussões com Hansen, Moreno, Vitale e outros – que têm razões para criticá-lo, mas que nem por isso se salvarão, eles próprios, de pecar aqui e além, após a revolução sandinista de 1979, por seguidismo à social-democracia, ao castrismo, ao nacionalismo. O debate sobre a estratégia da guerrilha é, em qualquer caso, um debate entre revolucioná-

rios, que se trava dentro da Internacional e que nada tem a ver com as rupturas de princípio causadas por participações governamentais citadas atrás.

Com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a desagregação da URSS a partir de 1991, a realidade da luta de classes volta a pregar uma partida às expectativas de tantos e tantas de nós. Se, nas situações de duplos, triplos e múltiplos poderes que passam a florescer nos países do antigo hemisfério estalinista, esperávamos assistir à irrupção de conselhos operários, embriões de regimes de democracia directa, tivemos que desenganar-nos rapidamente. Do colapso das nomenklaturas burocráticas não resulta nenhuma revolução de Outubro que sirva de pólo aglutinador a um reagrupamento das vanguardas combativas em todo o mundo. Não resulta sequer um processo com a capacidade de irradiação das revoluções cubana e nicaraguense. Resulta sim um salto qualitativo na crise dos partidos comunistas. E resultam processos de transformação profunda em forças revolucionárias ou centristas com as quais a anterior colaboração das secções da IVª Internacional só podia ser meramente pontual. Em alguns casos, a resposta aos desafios inéditos apresentados por esta nova situação tem passado por reagrupamentos, em que os partidos trotskistas se tornam simples correntes dentro de movimentos mais amplos.

Mais uma vez, Livio é um pioneiro deste tipo de iniciativas, ao participar em Itália na criação e na direcção do Partido da Refundação Comunista. Não cabe aqui esboçar algum balanço do que foi a luta de Livio para inscrever na política desse partido as contribuições de uma tradição revolucionária que ele representava como poucos. Os pioneiros, mais do que os prudentes seguidores, estão sempre condenados a utilizar um método de tentativa e erro que torna impossível ajuizarmos da sua acção por citações meticulosamente coligidas. Tome-mos, mais uma vez, a prática como critério de verdade: num momento em que parece iminente uma viragem à direita do Partido da Refundação Comunista, com um apoio mais do que anunciado ao projecto governamental de Romano Prodi, o núcleo partidário que resiste e repensa o seu futuro tem como referência a pessoa, o exemplo, a prática de Livio.

Também para nós se trata de um exemplo que não morre com a pessoa. Livio foi um dos poucos que mantiveram ao longo de meio século o tal fio condutor sem o qual não seríamos o que somos. Eis uma dívida que só se paga na luta.

* Historiador. antonio@combate.info



A INVASÃO DO IRAQUE FEZ DISPARAR O PREÇO DO PETRÓLEO E RELANÇOU EM TODO O MUNDO A DISCUSSÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA, QUE REDUZAM A DEPENDÊNCIA EM RELAÇÃO AO “OURO NEGRO”. POUCO TEMPO ANTES DE SE DESFAZER, O GOVERNO DE SANTANA LOPES APROVEITOU PARA LANÇAR A “IDEIA” DA ENERGIA NUCLEAR.

ENERGIAS EM PORTUGAL

FRACAS

ALTERNATIVAS

JOÃO ROMÃO*

ILUSTRAÇÕES DE CARLA CRUZ

QUANDO O petróleo atingiu o preço de 15 dólares por barril, em 1973, abria-se a nível mundial um período de crise económica generalizada. Entre 1979 e 1981 o preço do petróleo ultrapassaria pela primeira vez os 40 dólares, mas já as economias mundiais estavam melhor preparadas para reagir ao choque, tal como em 1990, quando o preço do crude voltou a aproximar-se dos 40 dólares por barril. Após a invasão do Iraque, o preço do barril petróleo voltou a disparar, encontrando-se actualmente perto dos 50 dólares.

Durante estes 30 anos com diversos “choques petrolíferos” de relevante impacto no preço do crude, aconteceram importantes alterações na composição da energia consumida: apesar de se tratar de um período de acelerada globalização das economias, com significativos acréscimos de consumo de associado aos transportes rodoviário (de pessoas e mercadorias) e aéreo (sobretudo de pessoas), o certo é que o peso do petróleo no total da energia consumida a nível mundial desceu de 59% em 1971 para 42% em 2000.

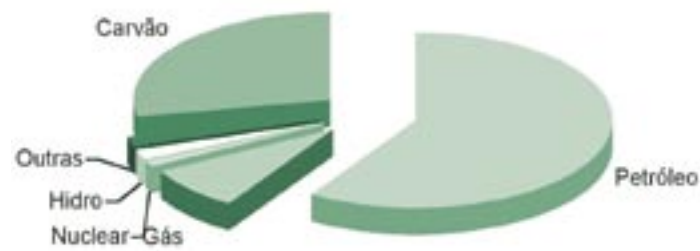
As transformações estruturais no consumo energético resumem-se no quadro (em baixo) e manifestam o importante papel entretanto assumido pelo gás (nomeadamente o gás natural) e pela energia nuclear. Perante o choque actual, o FMI e o Banco Central Europeu recomendam também a implementação de medidas de curto prazo, de regulação conjuntural, que contrariem os efeitos negativos do aumento do preço do crude: se este faz aumentar a inflação e obriga a subir os salários, gera-se uma nova expectativa inflacionista que deve ser contrariada através da moderação desse crescimento salarial.

O FMI e o BCE propõem assim que para o cálculo das subidas dos salários este ano não sejam tidas em conta as taxas de inflação globais (por exemplo, no estado espanhol, onde esta questão está a ser colocada no âmbito da discussão do orçamento, esta taxa seria de 3,6%), mas uma taxa de inflação corrigida, de onde se retirem os efeitos do aumento de preço do crude (no estado espanhol esse valor é de 2,9%). Para o BCE e o FMI - que inspiram a generalidade das políticas de regulação económica nos países da Europa - os suspeitos são os do costume: os salários dos trabalhadores.

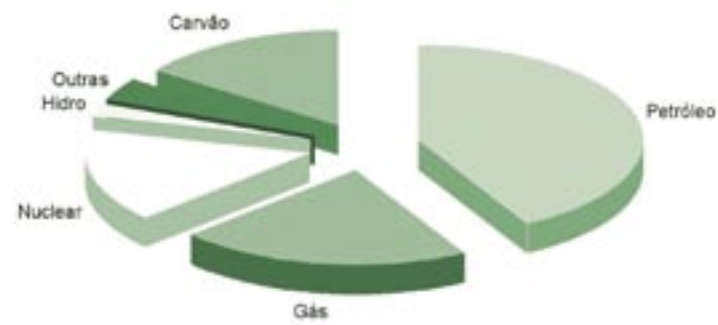
ENERGIA NO MUNDO	1971 (%)	2000 (%)
PETRÓLEO	59	42
GÁS	8	21
NUCLEAR	1	16
HIDRO	2	2
OUTRAS	2	4
CARVÃO	28	15



ENERGIA NO MUNDO - 1971



ENERGIA NO MUNDO - 2000



Em Portugal não só não houve qualquer redefinição dos
objectivos propostos em Quioto, como a instalação de parques
eólicos foi literalmente vedada desde que Durão Barroso
assumiu a liderança do governo.

QUIOTO E AS ALTERNATIVAS

Assinado em Dezembro de 1997, o Protocolo de Quioto apenas vai entrar em vigor em Fevereiro de 2005, depois de Vladimir Putin ter confirmado, em Novembro de 2004, a adesão da Rússia a este acordo patrocinado pela ONU e que os Estados Unidos se recusaram a subscrever, apesar da adesão de 55 países industrializados. O protocolo prevê que até ao período 2008 - 2012 se consiga uma redução de 5,2% de emissões de 6 gases com efeito de estufa, responsáveis pelo aquecimento do planeta.

O Acordo de Quioto foi subscrito pelos países da União Europeia e teve implicações em algumas orientações estratégicas, nomeadamente na área da energia. Em Portugal estas orientações foram assumidas no Programa E4 (Eficiência Energética e Energias Endógenas), em Setembro de 2001. O programa define três objectivos essenciais, a atingir num horizonte de 10 anos: duplicar a potência eléctrica instalada por via renovável, garantindo 39% do total consumido em 2010; generalizar a utilização da energia solar térmica para aquecimento de água no sector doméstico; promoção da iluminação natural e das tecnologias solares passivas para aquecimento e arrefecimento, desenvolvendo novos conceitos arquitectónicos.

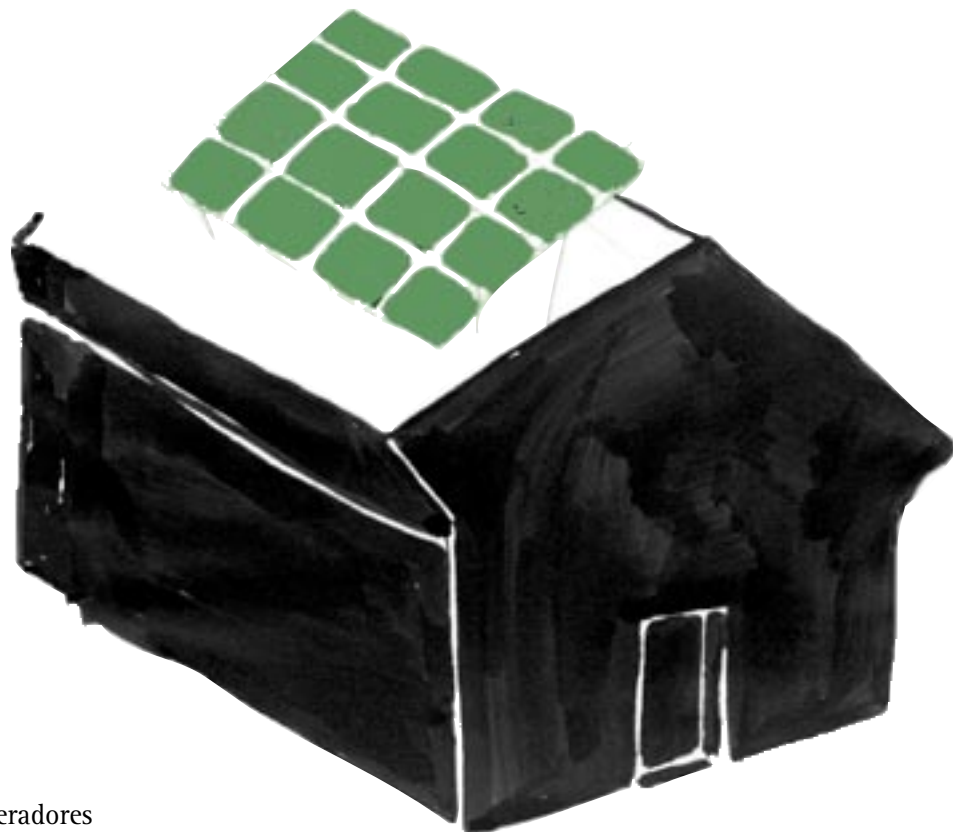
Associado a este conjunto de objectivos foi definido um conjunto de orientações e medidas (também no chamado Programa E4), visando melhorar a eficiência na utilização da energia e o aumentar o recurso a energias endógenas. Foram igualmente criadas metas específicas para a produção de energia a partir de fontes renováveis (eólica, hídrica, solar, biomassa, etc), como se pode ver em quadro anexo. Estes objectivos de longo prazo foram acompanhados por metas anuais que, no caso português, estão muito longe de ser cumpridas, levando a Comissão Europeia a afirmar, em relatório de Maio de 2004, que “apenas alguns estados-membros adoptaram enquadramento favorável às energias renováveis” e que “os países que têm mais trabalho a fazer são Portugal e a Grécia”.

SEM VENTOS DE MUDANÇA...

Um caso de particular ineficiência nacional no aproveitamento das energias renováveis é o da energia eólica, cuja produção assenta na utilização de tecnologias europeias (começou na Dinamarca e o maior produtor mundial é a Alemanha, com as maiores empresas do sector). A Espanha é o país europeu com maior taxa de crescimento na utilização desta fonte energética nos últimos anos, sendo actualmente o segundo maior produtor do velho continente, produzindo já mais do dobro

2015





da energia produzida pela Dinamarca com recurso a geradores eólicos. Actualmente, na Alemanha produz-se mais de metade da energia eólica produzida entre os 15 países da UE (antes do último alargamento). Alemanha, Espanha e Dinamarca, com cerca de um terço da população desses 15 países, produzem mais de 80% do total de energia eólica.

De resto, é sintomático que o compromisso do estado espanhol assumido em Quioto apontava para uma produção de 13.000 MW em 2010 mas, depois da subida do preço do petróleo e avaliando as potencialidades do território e a quantidade de investidores disponíveis, o governo espanhol já apresentou uma proposta para que a produção de energia eléctrica a partir de fontes eólicas atinja os 19.000 MW em 2010 (um acréscimo de mais de 50% em relação ao objectivo assumido). Em finais de Novembro, a Plataforma Empresarial Eólica (associação que representa 85% da produção deste tipo de energia no estado espanhol) pediu ao governo que eleve o objectivo de 2010 para os 23.000 MW (mais 10.000MW do que o objectivo fixado, o que representa um acréscimo superior a 75%).

Em Portugal, não só não houve qualquer redefinição dos objectivos propostos em Quioto, como a instalação de parques eólicos foi literalmente vedada desde que Durão Barroso assumiu a liderança do Governo (com excepção de alguns projectos apresentados antes de 2002), o que veio a motivar protestos generalizados, quer de representantes de empresas do sector interessadas em investir em Portugal, quer de autarcas (mesmo do PSD) que receberam declarações de intenção de instalação destes parques no seu território.

Os dados sobre a potência instalada a partir de geradores eólicos em território português revelam, ao contrário do que se passa no estado espanhol, uma evolução confrangedora (80 MW em 2001 e 292 MW em 2004, para um objectivo de 3750 MW em 2010) e o governo apresenta pobres justificações: em informação de Maio de 2004, o Ministério da Economia afirma que, apesar de os parques em funcionamento representarem uma potência instalada de 292 MW, está já atribuída uma potência a instalar de 3199 MW, muito próxima do objectivo definido para 2010. Estes duvidosos indicadores omitem o es-

ALTERNATIVAS PARA A ENERGIA

SOLAR FOTOVOLTAICO

É um tipo de energia para cuja produção Portugal tem condições particularmente favoráveis, devido ao longo período anual de exposição do seu território ao sol. São sistemas a utilizar em pequena escala, como o alimentação de edifícios (que em Portugal representa mais de 50% da energia deste tipo), serviços (sistemas SOS, parquímetros, sinais, emissores de redes de telemóvel,...), sistemas ligados à rede ou unidades de investigação e desenvolvimento.

SOLAR TÉRMICO

Pode funcionar com baixas temperaturas, para aquecimento de água, ou com médias temperaturas (entre 90 e 150° C), para aplicações industriais ou condicionamento de ar com máquinas frigoríficas, aplicável na área doméstica, hoteleira, industrial, hospitalar ou desportiva. As altas temperaturas ainda não estão a ser aproveitadas, esperando-se que novas soluções tecnológicas agora em desenvolvimento permitam aplicações industriais.

SOLAR PASSIVO

Conceito ainda não difundido em Portugal, que procura definir regras e princípios de construção de edifícios, através da regulamentação das características de comportamento térmico dos edifícios e dos seus sistemas de climatização.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Aplicáveis em transportes (sector onde se consome 42% do petróleo importado por Portugal), produzem-se a partir do álcool (etanol ou metanol, que pode provocar contaminação de

sencial: a capacidade de efectiva implementação de Parques eólicos e de produção energética a partir desta fonte, que é o valor que permite comparar a produção nacional com a dos outros países e avaliar a redução da dependência nacional em relação ao petróleo.

De qualquer forma, foi com estes dados que o governo justificou a sua recusa em aceitar novos projectos. Segundo o Ministério da Economia (que tutela a Direcção Geral de Energia, organismo que centraliza os pedidos de instalação de parques eólicos), em 2002 deram entrada nos seus serviços 319 pedidos de instalação de parques, o que terá impossibilitado a sua análise e avaliação pelos técnicos dos serviços. Foram atribuídas apenas 34 licenças e foi encerrada a possibilidade de apresentação de novos pedidos, definindo-se que em cada quadrimestre do ano seria aberto um concurso para atribuir licenças às empresas que oferecessem melhores condições, de acordo com um caderno de encargos a apresentar pelo governo no mês anterior a cada concurso.

O primeiro concurso deveria ter sido realizado em Setembro de 2003 mas, para surpresa geral - e, em particular, dos potenciais investidores, em geral alemães ou nórdicos, pouco habituados à irresponsabilidade da administração pública portuguesa - em vez do caderno de encargos que definiria as condições do concurso, foi publicado um despacho a anulá-lo, remetendo a sua realização para o primeiro semestre de 2004. Ainda mais surpreendentemente, em Agosto de 2004, sem que se tivesse realizado qualquer concurso entretanto, foi publicado novo despacho, anunciando que não seria possível receber qualquer projecto até 2006, uma vez que a potência já atribuída permitiria atingir os objectivos propostos e o limite da capacidade das redes.

U.E. A 15 (2003)	POPULAÇÃO (MILHÕES) (%)		ENERGIA EÓLICA (MW) (%)	
BÉLGICA	10.4	2.7%	68	0.2%
DINAMARCA	5.4	1.4%	3110	10.9%
ALEMANHA	82.5	21.7%	14609	51.4%
GRÉCIA	11.0	2.9%	375	1.3%
ESPAÑA	40.7	10.7%	6202	21.8%
FRANÇA	59.6	15.7%	239	0.8%
IRLANDA	4.0	1.1%	186	0.7%
ITÁLIA	57.3	15.1%	904	3.2%
LUXEMBURGO	0.4	0.1%	22	0.1%
HOLANDA	16.2	4.3%	912	3.2%
AUSTRIA	8.1	2.1%	415	1.5%
PORTUGAL	10.4	2.7%	299	1.1%
FINLÂNDIA	5.2	1.4%	51	0.2%
SUÉCIA	8.9	2.3%	399	1.4%
REINO UNIDO	59.3	15.6%	649	2.3%
U.E. A 15	379.4		28440	

... E COM MUITOS VENTOS ADVERSOS

Qualquer dos argumentos apresentados pela Direcção Geral de Energia para justificar o bloqueio do governo à instalação de parques eólicos é, no mínimo, duvidoso: um parque eólico representa um investimento de alguns milhões de contos, a amortizar em 25 anos, e gera durante esse período receitas mais do que suficientes para a sua recuperação. As contas são fáceis de fazer porque, de acordo com a legislação actual, depois de instalado o parque eólico a EDP é legalmente obrigada a comprar toda a energia produzida, por um preço fixado administrativamente. Esse preço é alto (em relação, por exemplo, ao que a EDP paga para importar electricidade do estado espanhol), para premiar a utilização de energias renováveis, e garante uma alta rentabilidade do investimento.

Um exemplo claramente ilustrativo da rentabilidade do negócio e da impaciência dos investidores que aguardam há anos pela oportunidade de instalar um parque em Portugal é o da empresa alemã que este ano tentou junto da Área Metropolitana do Porto licenciar a instalação de um Parque, complementado por duas fábricas de componentes, oferecendo à AMP 60% dos resultados que viesse a obter. Mesmo assim não foi possível obter a licença, apenas passível de atribuição pelo governo, através da Direcção Geral de Energia.



Tendo em conta as verbas envolvidas e os longos prazos de amortização, vários investidores mostraram já publicamente a sua disponibilidade para partilhar com o estado português as despesas necessárias para a instalação de parques (desde a contratação de técnicos para analisar os projectos que se candidatam à construção de infra-estruturas para melhorar e reforçar a rede eléctrica nacional). Também já houve declarações de interesse em instalar em Portugal, associadas aos parques, unidades industriais de fabricação de componentes, sector que no estado espanhol já representa cerca de 90 mil postos de trabalho.

Em finais de Novembro de 2004 foi tornada pública a aprovação de um projecto em Viana do Castelo que prevê a instalação de um parque e duas unidades industriais, da responsabilidade de uma empresa alemã, em parceria com firmas nacionais (entre as quais a SONAE). O porta-voz desse consórcio empresarial era o destacado dirigente do PSD Carlos Pimenta, o que seguramente contribuiu para a única boa notícia em relação a energia eólica gerada ao longo desta legislatura.

De resto, a única iniciativa conhecida do actual ministro da Economia foi a de estudar a forma de reduzir o preço a pagar pela EDP aos produtores de energia eólica, que Álvaro Barreto considera exagerado e francamente superior ao que se paga em Espanha. No entanto, os (potenciais) investidores em Portugal consideram injusta essa reavaliação, uma vez que, além de já terem celebrado contratos de muito longa duração que não devem ser alterados, recebem do estado espanhol apoios ao investimento muito mais favoráveis do que em Portugal, o que lhes permite vender a energia a um preço mais baixo.

PORTUGAL	POTÊNCIA INSTALADA 2001 (MW)	POTÊNCIA INSTALADA 2004 (MW)	POTÊNCIA A INSTALAR 2010 (MW)
REC. ENDÓGENOS	4583	4826	9618
MINI-HÍDRICAS	215	295	400
EÓLICAS	80	292	3750
BIOMASSA	10	11	150
BIOGÁS	1	3	50
FOTOVOLTAICO	1	2	150
ONDAS	0	0	50
RES. SÓLIDOS URB.	66	70	130
GRANDES HÍDRICAS	4210	4153	4938
COMBUST. FÓSSEIS	6258		7870
GÁS NATURAL	1240		2800
CARVÃO	1870		1870
FUELÓLEO	1614		1500
COGERAÇÃO	1200		1700
GASÓLEO	334		0
TOTAL	10841		17488

lençóis freáticos) ou ésteres metílicos de óleos vegetais (como o girassol), resultando o biodiesel, já utilizado em alguns transportes públicos rodoviários.

BIOGÁS

Gás combustível constituído por 60% de metano e 40% de dióxido de carbono, obtido pela degradação de resíduos orgânicos. A sua utilização permite reduzir a energia consumida no tratamento de resíduos e a queima do metano permite evitar o seu lançamento na atmosfera (que provocaria efeito de estufa). AO sector agro-pecuário, a indústria agro-alimentar e as ETAR são as principais áreas de aplicação do biogás.

BIOMASSA

É composta pela fracção biodegradável de produtos e resíduos da agricultura, floresta e indústrias conexas. A produção de energia a partir desta fonte em Portugal é ainda muito baixa.

GEOTERMIA

Consiste no aproveitamento do calor terrestre, nomeadamente para produção de electricidade a partir de vapor de água com origem geotérmica. Os Açores são a região portuguesa com maiores potencialidades nesta área, estando instaladas duas centrais geotérmicas em S. Miguel, cuja produção assegura 40% do consumo de electricidade da ilha.

OCEANOS

Dentro das várias hipóteses de exploração da energia dos oceanos, o aproveitamento da energia das ondas é a que tem sido objecto de maiores esforços de I&D na Europa, ainda que a tecnologia para o seu aproveitamento esteja ainda numa fase "pré-comercial". Uma central construída na Ilha do Pico (Açores) é o melhor exemplo do aproveitamento desta fonte energética na costa portuguesa.

MINI-HÍDRICA

Desde 1988 foi aberta à iniciativa privada a produção de energia eléctrica em pequena escala (com potência máxima instalada de 10 MVA), incluindo a construção de pequenas barragens (mini-hídricas). Actualmente há 98 destas centrais em funcionamento em Portugal.

EÓLICA

Parece ser a fonte energética com maiores potencialidades de exploração imediata em Portugal, tendo em conta a disponibilidade do recurso, a evolução tecnológica do sector e a disponibilidade de investidores. A evolução da sua exploração em Portugal está muito longe do aproveitamento pleno desse potencial.

A política de diversificação de fontes energéticas que se tem seguido em Portugal não destoa de outras irracionalidades que têm vindo a ser cometidas pelos governos de Durão e Lopes (na educação, na saúde, na economia, nas finanças...) e sugere a protecção de interesses maiores que o interesse público: mesmo quando se começa a assumir a necessidade de explorar outras formas energéticas - e sabendo-se das intenções de instalação de centenas de parques eólicos - o governo prefere desenterrar as ideias de Foz Côa e da energia nuclear.

Sintomático da obscuridade da política energética deste governo é também o que aconteceu com a última fase de privatização da GALP, quando o executivo, perante três candidatos, escolheu a proposta do grupo Carlyle (através do qual a família Bush efectua os seus investimentos na Arábia Saudita e no petróleo do Médio Oriente). Depois dos protestos dos outros dois candidatos, foi nomeada uma "comissão de sábios" que avaliou as propostas e considerou que a do Grupo Carlyle era a mais fraca das três, obrigando o governo a rectificar a sua escolha do parceiro estratégico. Nesse caso, o porta-voz do Grupo Carlyle, era o ex-ministro Martins da Cruz (o que se foi obrigado a demitir-se por ter alterado uma lei para beneficiar a filha). Tudo em família, como dantes, portanto.

* Economista. joaoromao@combate.info



PORTUGAL E O MERCADO IBÉRICO DE ELECTRICIDADE

A **RESPONSABILIDADE** pela política energética portuguesa está centralizada na Direcção Geral de Energia, tutelada pelo Ministério da Economia. A propriedade das redes de transporte e distribuição de energia eléctrica é de uma empresa chamada REN (rede eléctrica nacional), que as adquiriu à EDP.

As principais empresas a operar em Portugal são as que vêm do sector público (EDP, GALP, Gás de Portugal) e a reestruturação deste sector com vista à criação de um mercado liberalizado, com concorrência entre estes grandes operadores e outros que possam aparecer, tem sido atribulada e feita de grandes desorientações estratégicas (de que são exemplos a última privatização da GALP ou a recente tentativa de absorção da Gás de Portugal pela EDP, vetada pela Comissão Europeia).

Esta situação de concorrência futura será regulamentada pela ERSE (entidade reguladora do sector eléctrico), ainda que não esteja suficientemente clarificado como será feita essa regulação no contexto do mercado ibérico de electricidade (MIBEL), cujo arranque já foi adiado várias vezes nos últimos dois anos.

A criação de um mercado ibérico e liberalizado de energia deverá permitir baixar significativamente os custos da sua aquisição (quer para consumidores industriais, quer para particulares), em resultado das tarifas claramente elevadas (e reveladoras do abuso de uma posição dominante no mercado) que a EDP (tal como outras empresas, como a Portugal Telecom) têm praticado em Portugal.

FUNDAMENTALISMOS E LUTAS DE CLASSES DA REVOLTA SOCIAL AOS INTEGRISMOS

MAMADOU BA *

A PROPAGANDA BEM MONTADA PELOS MASS MEDIA E PELOS “THINK-TANK” CONTROLADOS PELO GRANDE CAPITAL – O DISCURSO DOMINANTE NA ANÁLISE DOS CONFLITOS NO MUNDO ÁRABO-MUÇULMANO EM GERAL E NO MÉDIO-ORIENTE EM PARTICULAR – TENTA OCULTAR UMA REALIDADE QUE, APESAR DE TUDO, INCOMODA A BURGUESIA OCIDENTAL E OS SEUS VASSALOS PERIFÉRICOS: A ORIGEM INEGAVELMENTE SOCIAL DOS INTEGRISMOS, MAS SOBRETUDO A SUA DIMENSÃO DE RESISTÊNCIA E DE COMBATE AO IMPERIALISMO OCIDENTAL QUE ALIMENTA AS ARISTOCRACIAS E AS DITADURAS LOCAIS.

O PROPÓSITO desta reflexão não é explicar nem tão pouco justificar o fundamentalismo islâmico, mas sim suscitar o debate, refutando o argumentário do determinismo sociológico na violência fundamentalista.

ENTRE MODERNIZAÇÃO E CONSERVADORISMO

Para abordar o tema do fundamentalismo islâmico é preciso situá-lo ou pelo menos contextualizá-lo no tempo e no espaço do mundo islâmico. Podemos fazê-lo retendo apenas cinco tendências principais, para não falar das tentações, que perpassam a história contemporânea do Médio Oriente.

Primeiro, o reformismo laico e autoritário, iniciado por Kemal Attaturk, para quem o Estado tinha que “domesticar” o Islão afim de assegurar uma marcha forçada para a modernização. São práticas que suscitaram a admiração de personagens do mundo muçulmano, como foi o caso do Xá do Irão, de Bourguiba da Tunísia, mas que suscitaram a oposição dos sectores mais conservadores da Turquia em particular e do mundo islâmico em geral.

Em segundo lugar, tivemos a tentação comunista, enunciada nas “nações proletárias” dos anos 20, ideia parcialmente retomada na conferência de Bandung em Abril de 1955. Esta corrente defendia a acomodação a uma laicidade mais anticlerical do que anti-religiosa, tendo sido patrocinada pelo Bloco de Leste e culminado com ocupação do Afeganistão

No caso da Palestina, o apoio sistemático dos Estados-Unidos a Israel, a indiferença das outras potências, a incapacidade da Liga Árabe, a ineficácia da ONU, têm gerado uma frustração enorme que é capitalizada pelos movimentos islâmicos radicais.

pela URSS. A oposição de todos os sectores conservadores do mundo islâmico foi feroz. Essa ideia, apesar de não se declarar manifestamente anti-religiosa, atingia o coração do dogmatismo religioso e punha em causa o poder do clero sunita e xiita, ameaçando a longo prazo o controlo sobre as massas de fiéis. Nesse contexto, nasceram os mujahedines para lutar contra o avanço do comunismo ateu.

A terceira tendência, nacionalista, vai culminar na ideologia do pan-arabismo sob a égide de Nasser, materializada na nacionalização do canal do Suez. No entanto, este projecto de reconstrução da unidade árabo-muçulmana fracassou perante as manobras das potências ocidentais, acabando por abrir cinicamente o caminho ao fundamentalismo. As potências ocidentais, na sua obsessão anti-comunista, apoiaram os sectores radicais muçulmanos, socorrendo-se, por exemplo, da perigosíssima relação que o presidente egípcio Anwar Sadaat tinha com estes movimentos e às mãos dos quais acabou por sucumbir.

A quarta tendência foi inaugurada pela revolução iraniana. A esquerda iraniana acabou estrangulada e o poder nas mãos dos mullahs xiitas - afinal de contas, uma teocracia ultra-conservadora de discurso revolucionário e anti-imperialista.

Por fim, a afirmação do fundamentalismo islâmico e a islamização geral da luta política no Médio Oriente. Desacreditadas as correntes nacionalistas e pan-arabistas, o Islão passou a exprimir uma dupla contestação: por um lado, aos regimes corruptos e autoritários, e por outro, ao imperialismo ocidental. Os grandes movimentos islâmicos clássicos (Refah turco, FIS argelino, a revolução iraniana, o Hezbollah libanês, o Hamas palestino e uma parte dos Irmãos Muçulmanos, o Jama-al-islamiya, etc) sempre mantiveram uma relação ambivalente com o poder - ora reprimidos, ora "normalizados" ou até apoiados. Foi o caso do Refah de outrora ou do Hamas, fomentado por Israel nos anos 80 como rival da OLP. Os "neo-fundamentalistas" souberam islamizar a globalização tornando as suas aspirações mais universais em termos de contestação.

UM PROJECTO DE PODER

De facto, o projecto islâmico, como demonstrado pela revolução iraniana, concerne também e antes de tudo o poder político. Para o conseguir conquistar, os movimentos islâmicos (Argélia, Tunísia, Marrocos, Egipto, Jordânia, Líbano, Sudão, Kuwait, Indonésia, Filipinas, Cáucaso, Nigéria, etc.)

envolveram-se na vida política dos seus países respectivos. Aproveitaram a derrota do nacional-arabismo durante a guerra israelo-árabe de 1967, a revolução iraniana e a queda da URSS (para a qual contribuíram em parte, através da guerra por procuração) para ganhar espaço de afirmação. Aliás, há uma coisa estranha na construção dessas alianças e contra-alianças que é pouco sublinhado pelos "think-tank" ocidentais. É que muitas organizações islâmicas já ultrapassaram a singular característica religiosa dos seus primórdios. Tanto assim é que, nos programas destas organizações, notamos que a contestação e a intervenção têm cada vez mais contornos políticos e menos religiosos. O que resulta em alianças aparentemente contra-natura: o Hamas foi durante muito tempo apoiado pela Mossad para rivalizar com a OLP; o Hezbollah xiita libanês aliou-se aos mujahidines fundamentalistas sunitas para combater a União Soviética; os Irmãos Muçulmanos egípcios abraçaram o M16 inglês para combater o nasserismo, etc.

Também não é por acaso que nos últimos dez anos se assistiu a uma multiplicação de revistas de interpretação da cultura e da civilização muçulmanas. Mas é curioso que muitos pseudo-orientalistas nunca mencionem a evidência mais óbvia: a radicalização política não constitui uma consequência exclusiva da tendência religiosa. De facto, há outra razão além da simples islamização de um espaço político: o contínuo assédio imperialista ao mundo árabo-muçulmano.

Uma das matrizes desta leitura política sempre encontrou - e hoje mais do que nunca - a sua maior expressão na situação palestina. Nem o nacionalismo pan-árabe protagonizado por Gamal Abdel Nasser, nem o projecto de reconstrução da *umma islâmica* liderado pela Irmandade Muçulmana, nem as veleidades separatistas do Hezbollah apoiado pelo reino hachemita da Jordânia e muito menos a tática de enfrentamento radical do Hamas, conseguiram de facto satisfazer as comunidades muçulmanas espalhadas pelo mundo perante o fracasso das elites árabo-muçulmanas em lutar para a efectivação de um Estado da Palestina. Aliás, não é preciso analisar pormenorizadamente os documentos políticos que vão desde cartas de princípios, comunicados de imprensa a programas políticos estratégicos de todos esses movimentos para notar que contêm todos uma referência à Palestina.

O caso da Palestina representa dois paradigmas essenciais do fundamentalismo islâmico: o primeiro é político: o apoio sistemático dos Estados-Unidos a Israel para abortar qualquer

A origem dos fundamentalismos enraíza-se principalmente na classe média ameaçada e nos sectores sociais mais desprotegidos, que se insurgem contra a pauperização para onde o capitalismo neoliberal as empurra.

tentativa de implementar um Estado palestino, a indiferença das outras potências mundiais face à causa palestina, a incapacidade da Liga árabe em impor uma solução política consensual a volta das diferentes visões existentes no mundo árabo-muçulmano acerca da Palestina, a ineficácia da ONU para também fazer valer o direito do povo palestino a um Estado, têm gerado uma frustração enorme que é capitalizada pelos movimentos islâmicos radicais. O segundo paradigma é religioso (e muito referenciado, de forma também altamente fundamentalista, pelos arautos da pretensa “guerra de civilizações”). Este paradigma não é de menosprezar porque de facto, alguns movimentos islâmicos de tendência salafista, têm-no usado como argumento para desencadear uma suposta luta para recuperar a cidade de Jerusalém em geral e em particular, a mesquita de Al-Aqsa, local sagrado do culto islâmico. Recuperar Al-Aqsa significa não só purificar o Islão, mas restaurar o lustre e a dignidade perdidos. Neste campo, “todos os meios justificam os fins”. Assim, a Palestina também entra no rol das causas da proclamada Jihad islâmica.

A direita neoconservadora israelita personificada por Ariel Sharon jogou bem com este paradigma, politizando as aspirações religiosas dos palestinos e dos muçulmanos do mundo inteiro. Nisso beneficiou também do apoio dos fundamentalistas hebraicos e em certa medida dos radicais católicos em geral e em particular dos americanos, tornando a questão de Jerusalém, uma questão fulcral que sempre conduziu ao impasse nas negociações de paz no Médio-Oriente.

A segunda Intifada nasce claramente de uma instrumentalização política dos locais de culto por Israel, culminando com a visita provocatória de Sharon à Esplanada das Mesquitas. Aliás, não será exagerado dizer-se que a segunda Intifada foi muito bem planeada pela Mossad, para justificar a repressão contra o Hamas, e desmantelar os grupos paramilitares organizados à volta da Autoridade Palestina. Esta estratégia tem sempre apoio nos sectores mais conservadores da sociedade israelita, pois aposta na inviabilidade de qualquer hipótese de Estado palestino. Entre a sacralização do político e a politização do religioso, cria-se uma nova legitimidade para o terrorismo de Estado israelita e para a resposta fundamentalista islâmica. A questão palestina transforma-se no epicentro da proliferação dos fundamentalismos islâmicos como representação da luta política anti-imperialista.

É assim que se afirma uma geometria muito variável neste tipo organizações: elas estruturam as suas orientações na base

de uma leitura política profunda, o que muitas vezes é omitido pelos tais especialistas em Médio-Oriente. Estes “novos-velhos” orientalistas tentam encontrar a única explicação do desenvolvimento dos fundamentalismos islâmicos na “incapacidade orgânica” do Islão em se *modernizar*. Este argumento tem servido de base filosófico-política para desencadear as “guerras pela democracia”.

A BASE SOCIAL DO FUNDAMENTALISMO

Sendo difícil traçar a fronteira entre as géneses burguesas dos fundamentalismos muçulmanos e as contradições de classe que se exprimem em tal contexto – com o aparecimento de uma classe média semi-proletarizada, receptáculo das reivindicações sociais dos mais desprotegidos –, não podemos, sob o risco de participar na mistificação neoconservadora do “choque de civilizações”, ignorar a dimensão anti-imperialista destes movimentos. É evidente que o espírito e a letra deste anti-imperialismo são insustentáveis à luz de uma estratégia marxista de luta de classes. Mas uma análise objectiva desta situação não pode fugir a uma leitura da relação dialéctica de poder, entre dominação e afirmação, entre opressão e emancipação, tendo em conta o carácter obviamente violento da investida do império.

De facto, indo às origens de alguns dos movimentos extremistas no mundo árabo-muçulmano, que preconizaram uma resistência feroz à “ocidentalização” das suas sociedades (desde logo, contra a cultura do consumismo débil, com a absorção das resistências à *macdonalização* social), podemos dizer que continuam constituídos por resíduos do pan-arabismo nasseriano (que aliás, no seu início, se apoiou em sectores islâmicos do exército egípcio) e pela tradição do primeiro movimento fundamentalista “moderno”, organicamente estruturado, a Irmandade Muçulmana. Fundada na década vinte, a Irmandade Muçulmana congregava sectores diversos na sociedade egípcia em torno de um projecto de Estado islâmico – com tudo o que isso implica em termos de autoritarismo, mas também como vaga aspiração de bem-estar das classes emergentes no contexto de uma sociedade colonial em fase terminal.

De forma sumária, pode dizer-se que a origem dos fundamentalismos, relacionada por uma conexão subtil e difusa com a pequena-burguesia, enraíza-se principalmente na classe média ameaçada e nos sectores sociais mais desprotegidos, que se insurgem contra a pauperização para onde o capitalismo neoliberal as empurra, pela mão dos regimes oligárquicos no mundo árabo-muçulmano.

No fim da década de 70 e no início da de 80, o integrismo islâmico desenvolve-se rapidamente, sobretudo entre jovens universitários e trabalhadores sem perspectivas e ao mesmo tempo revoltados pelo luxo das classes políticas e empresariais locais.

Apesar de a Irmandade Muçulmana ter sido historicamente o catalizador da proliferação dos movimentos islamistas, o integrismo só ganhou consistência social quando o projecto minimal de Estado-Providência – “importado” pelo sistema colonial numa tentativa de manter os mecanismos de controlo e de exploração das matérias-primas dos antigos territórios – fracassou estrondosamente.

Um papel essencial na estruturação de muitos movimentos fundamentalistas pelo mundo árabo-muçulmano foi desempenhado pela Arábia Saudita, através de financiamentos destinados à construção de mesquitas e de escolas religiosas, vulgo “*madrassas*”. Estes financiamentos têm evidentemente um objectivo inconfessado: divulgar a corrente *salafista*, emanada do wahabismo para contrariar os avanços do nacionalismo árabe de Nasser, primeiro, e, a partir da revolução iraniana em 1979, do islamismo xiita. O wahabismo, interpretação rigorista e literalista do Corão, tem raízes históricas no século XVIII e é parte de um casamento de conveniência entre o poder espiritual e o poder temporal Ibn Ben Saud, o fundador da dinastia saudita. A Arábia Saudita é o centro de uma operação, em todo o mundo muçulmano, de expansão da sua corrente ortodoxa, apadrinhando financeiramente muitas organizações caritativas que eram simplesmente as correias de transmissão do seu fundamentalismo.

Por outro lado, em muitos países árabes, na aurora das independências, o exercício de uma estatização totalitária, exacerbada pela guerra-fria, fabricou um sem número de funcionários públicos e para-públicos que constituíram uma classe média rendida à promessa de justiça social incarnada pelos protagonistas dos movimentos de libertação nacional. No entanto, o sonho transformou-se rapidamente em quimera, quando da estatização totalitária se passou à demissão total do Estado. O liberalismo irrompeu com brutalidade na vida desta nova classe média, mercantilizando os serviços públicos básicos até então (mal) providenciados pelo Estado e transferindo-os para uma nova burguesia local, subordinada a Washington (Banco Mundial, FMI) ou às capitais dos imperialismos secundários (Clubes de Londres e de Paris).

A pilhagem dos recursos naturais pelas multinacionais, que também foram estruturando o mercado de trabalho no advento da economia de mercado nestes países, criou uma situação de ruptura drástica para gerações inteiras, oriundas das classes sociais mais desfavorecidas. Hordas de jovens qualificados – a massificação do ensino foi um dos poucos sucessos da fase de estatização autoritária – viram as suas expectativas ir por água abaixo. Assiste-se então ao definha-

mento da estrutura sócio-económica que, apesar da pobreza latente, mantinha uma relativa paz social. As universidades, o que resta das fábricas e empresas estatais e outros sectores socio-profissionais, onde os clamores do descontentamento popular ecoam em surdina, transformam-se num verdadeiro barril de pólvora, onde os movimentos islamistas começaram a recrutar. No fim da década de setenta e no início da década de oitenta, o integrismo islâmico desenvolve-se rapidamente, sobretudo entre jovens universitários e trabalhadores sem perspectivas e ao mesmo tempo revoltados pelo luxo extravagante das classes políticas e empresariais locais.

O determinismo sociológico na análise do integrismo islâmico falha também porque, de facto, além das suas géneses sociais, é essencial o papel das potências ocidentais no seu desenvolvimento. O integrismo islâmico é, em larga medida, o produto de esforços diplomáticos, militares, políticos e financeiros das potências ocidentais. Na senda da guerra-fria, o bloco ocidental formou e armou movimentos fundamentalistas, quer para travar guerras por procuração (Afeganistão, Bósnia), quer para derrubar ou condicionar regimes árabo-muçulmanos (Egipto, Síria, Líbia), para a abertura do acesso a matérias-primas e petro-dólares, essenciais para alimentar os mercados financeiros de que cada vez mais dependem as economias norte-americana e europeia.

Nesta tarefa, as potências ocidentais beneficiaram claramente da cumplicidade de alguns dos seus protectorados locais que, por sua vez e repetidamente, usaram os integristas para combater forças políticas progressistas, envolvidas assim numa tripla frente de batalha: contra o imperialismo neoliberal, a repressão dos seus governantes e a violência obscurantista do islamismo.

Olhando para este panorama, é claro que qualquer análise séria do fundamentalismo islâmico impõe, no mínimo, a desconstrução da justificação sociológica e determinista da violência islamista proposta pelos “novos-velhos” pseudo-orientalistas. Estes apóstolos do “choque das civilizações” querem impor a “ameaça islâmica” como justificação das guerras preventivas do império, ocultando a barbárie da própria justificação.

Ao debruçarmo-nos sobre as litanias do amor à democracia proclamada pelos falcões da guerra preventiva e pelos teóricos da guerra das civilizações, o que se afigura são as consequências trágicas de tais profecias, um amor estrangulador, fatal para a própria essência da democracia.

* Dirigente da Associação SOS Racismo. mamadou@combate.info

DIREITOS DE AUTOR QUEM TEM MEDO DA INTERNET LIVRE?

SANDY GAGEIRO *

ILUSTRAÇÕES DE ISABEL CARVALHO

A BATALHA SOBRE OS DIREITOS DE AUTOR NA INTERNET É UM TEMA QUE GERA ACESAS DISCUSSÕES. DE UM LADO ENCONTRAM-SE AS GRANDES EMPRESAS, GERALMENTE MULTINACIONAIS DA INDÚSTRIA DO ENTRETENIMENTO OU DA CULTURA GUARDANDO ZELOSAMENTE OS SEUS INTERESSES ECONÓMICOS. DO OUTRO ESTÃO CRIADORES, PROGRAMADORES E, CLARO, CONSUMIDORES QUE APOIAM A UTILIZAÇÃO LIVRE DE BENS NO CIBERESPAÇO, E SÃO DEFENSORES ACÉRRIMOS DA LIBERDADE TOTAL DE TROCA DE IDEIAS E OBRAS.

TUDO PARTE da ideia intrínseca ao conceito de propriedade intelectual segundo a qual o autor ou criador do novo bem determina, dentro de limites estipulados pela sociedade ou pela lei, condições sob as quais o produto pode ser utilizado por terceiros. A formalização deste conceito apenas se tornou relevante com o advento daquilo a que sociedade moderna denomina de criação.

HISTÓRIA RESUMIDA DOS DIREITOS DE AUTOR

A protecção e legitimação da propriedade intelectual surgem no início do século XVIII na Grã-Bretanha com a edição, em 1709, dos chamados «estatutos de Anne». O objectivo era oferecer incentivos através da cedência de monopólios restritos. Assim, a lei do *copyright* deveria servir para incentivar autores, tal como a lei das patentes estimulava os inventores de ideias com um valor ou objectivo comercial. A limitação do direito de terceiros poderem copiar a obra protegida foi o mecanismo encontrado para materializar o direito do autor.

A ERA DA CÓPIA

A tecnologia diversificou e facilitou a cópia dificultando a imposição da lei e essa reprodução de obras culturais e outras trouxe consigo inúmeras vantagens para o progresso da sociedade e para a troca entre culturas. E assim rapidamente

A internet vem sendo um mal para os negócios do entretenimento que durante um século se apoderaram da exploração económica da criação cultural de terceiros.

a propriedade intelectual se transforma num duelo entre legislação e tecnologia. A legislação é sucessivamente alterada para levar em linha de conta a nova realidade tecnológica, mas com muitas dificuldades em acompanhar o ritmo acelerado da tecnologia. A lei, vai assim, definindo excepções e restrições à aplicação do *copyright* procurando manter um equilíbrio entre os interesses do autor, do seu representante e de alguma sociedade.

O USO JUSTO

Estas problemáticas fizeram surgir os sistemas de *fair use* e limitação temporal dos direitos exclusivos. O objectivo destas limitações era preservar a disseminação da produção intelectual em contextos em que o valor económico não é muito elevado. No caso norte-americano, por exemplo, há uma distinção entre ideia e representação de ideia. As ideias não podem ser protegidas e a divulgação não pode ser delimitada. A protecção apenas se aplica à forma de expressão da ideia como, por exemplo, as palavras usadas num texto.

BRAÇO DE FERRO

No tecido internacional há grandes dificuldades em chegar a um consenso nesta matéria. Por um lado, as mudanças reflectem a evolução tecnológica mas espelham também os interesses de cada país ao longo dos anos de acordo com a sua posição de produtor ou de consumidor no contexto da propriedade intelectual.

Todos nós conhecemos o empenho dos grandes grupos económicos na causa da legislação dos direitos de autor. São eles que defendem os interesses das editoras (discográficas e livrarias), a indústria de software e a indústria do entretenimento. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, dez por cento da economia depende directa ou indirectamente desta legislação.

A entrada na era digital acabou por intensificar a guerra tecnologia versus *copyright*. A cópia electrónica e a sua banalização integraram a tecnologia da Internet, pois não nos esqueçamos que toda a tecnologia da rede é sustentada por intercâmbios de informação enviados de um computador para outro. A tecnologia digital inclusivamente permite fazer cópias absolutamente fiéis de quaisquer dados, documentos, imagens, sons, filmes ou outras combinações destas formas de

informação, com o pormenor do custo de fazer e armazenar cópias ser praticamente nulo. Assim, torna-se viável fazer a baixos custos um número ilimitado de cópias sem qualquer degradação de qualidade.

SOFTWARE LIVRE E COPYLEFT

Neste encadeamento entra o movimento de software livre. Na óptica de Richard Stallman, seu impulsionador, o software de utilização geral deveria estar articulado à prática de grande liberdade. Liberdade em muitas formas: de expressão, de cooperação, de partilha, de distribuição, de experimentação, de uso, de trocas de experiências e de evolução. Ele desejava uma liberdade ampla, geral e ilimitada. Para garantir a manutenção da liberdade pretendida, a *Free Software Foundation* criou em 1989 uma licença intitulada *General Public License*.

Como exemplo, é possível encontrar na rede livros editados comercialmente disponibilizados para consulta que às vezes podem ser copiados. Em alguns casos concede-se até mesmo o direito à distribuição comercial, quase sem restrições. Um movimento denominado *Open Content* criou uma licença de publicação extremamente liberal tendo em vista estes critérios. Esta licença já foi utilizada por editoras grandes como a *O'Reilly* que está realizar experiências no sentido de liberalizar o *copyright*.

A DISTRIBUIÇÃO DOS LOUROS

Segundo a revista inglesa *Music&Copyrights*, a mais influente publicação sobre a indústria da música, em 2002 os proveitos recolhidos dos direitos conexos (que decorrem da actuação do artista que detém o controle sobre a utilização da sua interpretação artística, ficando-lhe facultado autorizar que outrem utilize esse trabalho mediante remuneração ou gratuitamente) cresceram 13 por cento. Sabe-se que em muitos casos as editoras discográficas ficam com 41,7 % dos direitos conexos restando 58,3 % para os demais titulares (41,7 % para intérpretes e 16,6 % para músicos acompanhantes).

Apesar do conceito de direito das editoras ter sido introduzido em meados da década de 60, os chamados *royalties* só começaram a crescer a partir da década seguinte. Em muitos países estabeleceu-se que 33 % dos valores arrecadados pela execução pública de música reproduzida de forma mecânica (rádio e TV) deveriam destinar-se aos direitos conexos



Ainda segundo a revista inglesa, as editoras multinacionais tentam aumentar esta percentagem sobre os direitos de utilização via Internet (online) para um patamar de 60% para os direitos conexos deixando apenas 40 por cento para os direitos efectivos do autor ou compositor. Nos Estados Unidos, os lucros de 85% de todos os CDs vendidos são divididos pelas cinco grandes editoras: *Universal, EMI, BMG Entertainment, Sony Music Entertainment e Warner Music Group*, rendendo, só no passado ano, 15 biliões de dólares. A hegemonia destes gigantes depende agora da sua rápida e significativa reinvenção porque a revolução digital está decidida a tornar os antigos modelos obsoletos em muito pouco tempo.

Marc Geiger, fundador da *ArtistDirectNetwork* (um grupo de artistas dedicado a facilitar a relação entre público e o trabalho dos artistas) concorda que as *majors* não se moveram a uma velocidade suficientemente rápida para garantir uma presença na Internet «sobre protegendo a sua cadeia». Para Geiger, existem questões inerentes muito complicadas que mexem com propriedade, editoras e tecnologia. Uma nova distribuição implicaria novos contratos e novos acordos so-

bre *royalties* entre editoras e os artistas que gravam os seus trabalhos.

Uns artistas vêm as ofertas massificadas da Internet em MP3 como uma ameaça à sua existência apesar de admitirem ser um meio privilegiadíssimo e económico para a sua própria promoção enquanto artista independente. A questão é que actualmente o preço dos CDs são elevados, muitas vezes devido ao egoísmo das grandes editoras que procuram uma margem mais do que razoável para si esquecendo, na maior parte das vezes, uma margem justa para o artista. Fazer em casa 1000 cópias de um CD, com duplicação profissional e utilizando uma impressora a cores, torna o resultado não mais caro que 10 euros. Os criadores pensam sempre duas vezes perante esta constatação.

No fundo, as grandes multinacionais do disco e os mais importantes estúdios de cinema de Hollywood já vêm colocando em prática muitos novos planos e tentam adaptar-se lentamente à (não tão) nova realidade. O problema é que eles não aceitam a derrota sem uma boa batalha e isto faz parte do jogo de poder económico que se encapota por detrás da

ALGUNS SITES A CONSULTAR:

<http://www.stallman.org/>

<http://www.gnu.org/>

<http://www.open-content.net/>

<http://www.oreilly.com/>

<http://www.negativland.com/fairuse.html>



indústria do entretenimento, hoje a terceira mais lucrativa do planeta superando os 100 bilhões de dólares anuais.

A Internet vem sendo, em muitos sentidos, um mal para os negócios do entretenimento que durante um século se apoderaram da exploração económica das criações intelectuais de terceiros, remunerando pouco ou nada os legítimos autores das obras musicais e audiovisuais enchendo os seus cofres com a perpetuação de licenças e contratos.

De forma similar, mas muito mais profunda do que foram o advento da fita magnética, da fotocopiadora, do fac-símile, da videocassete, do computador e do CD gravável, a inovação tecnológica virtual que permite a troca, manipulação, transmissão e baixa de arquivos pela Internet está efectivamente a modificar o modelo de negócios envelhecido que só resiste conforme a energia económica dos seus jogadores.

NO QUE FICAMOS?

Trata-se no fim de uma opção a ser feita pela sociedade. As questões que se impõem, por um lado, são várias: que uso queremos fazer da informação e do conhecimento na era digital? Qual é o uso que nos é permitido ou a que nos permitimos? Será que as pessoas preferem um mundo com disponibilidade liberal e circulação intensa de informações ou um com uma realidade mais restrita, mais controlada e talvez até mais tranquila?

No outro lado encontramos uma civilização onde o fluxo de informação estaria sujeito a duras restrições. Nas entrelinhas existem inúmeras alternativas para a introdução de travões mais ou menos reais sobre o fluxo de informação que seria legítimo e permitido pela sociedade, com vista a um equilíbrio adequado entre os seus autores e os interesses específicos.

* Jornalista. sandy@combate.info

CAPITALISMO E DESEJO

MIGUEL ANTUNES *

ILUSTRAÇÕES DE JOSÉ FEITOR

O CAPITALISMO E O DESEJO ESTÃO INTRINSECAMENTE LIGADOS NUM PROCESSO DE ALIENAÇÃO CHEGANDO AO PONTO DE SE PODER DIZER QUE À FORÇA SE TORNARAM UM SÓ. ISTO PORQUE O CAPITALISMO APROVEITA UMA CARACTERÍSTICA DO TIPO DE CONSTITUIÇÃO DA PERSONALIDADE DO HOMEM MODERNO PARA SE INSTALAR COMO FORMA ÚNICA DO DESEJO E DA OBTENÇÃO DA SATISFAÇÃO DESSE DESEJO FUNDINDO DESEJO E NECESSIDADE NUM SÓ OBJECTO ALUCINATÓRIO QUE É REPETIDO/REVIVIDO INFINITAMENTE NO CONSUMO.

O CAPITALISMO e o desejo estão intrinsecamente ligados num processo de alienação chegando ao ponto de se poder dizer que à força se tornaram um só. Isto porque o capitalismo aproveita uma característica do tipo de constituição da personalidade do homem moderno para se instalar como forma única do desejo e da obtenção da satisfação desse desejo fundindo desejo e necessidade num só objecto alucinatório que é repetido/revivido infinitamente no consumo.

Começando pelo princípio: na concepção freudiana do aparelho psíquico, o desejo é uma instância inconsciente que tende a realizar-se restabelecendo os sinais ligados às primeiras experiências de satisfação. Ou seja, o desejo realiza-se no adulto pela repetição simbólica das mesmas circunstâncias que foram aprendidas pela criança aquando da satisfação de uma necessidade básica.

É no chamado processo primário que a criança aprende a sentir, aprende como sentir e o que sentir aquando da realização de uma necessidade. Ela aprende e guarda o que se chama um traço mnésico, uma marca de memória relativamente ao que se deve sentir quando há uma necessidade (tensão) e a respectiva satisfação (prazer/restabelecimento do equilíbrio).

A essa satisfação de uma necessidade como a alimentação fica associada uma imagem e uma percepção que ilustram, que definem o que é a satisfação de uma necessidade. A imagem é a do objecto que produz a satisfação (o leite, por exemplo) e a percepção é aquilo que caracteriza a satisfação, é a memória do momento do sentimento que acompanhou a satisfação física.

Por isso inicialmente só há a necessidade que é desencadeada pelo instinto de sobrevivência. O desejo nasce, espontaneamente, num segundo momento pela possibilidade de se

A pergunta a fazer é como educar um desejo criativo, construtivo, um desejo de mudança que rompa com o conformista desejo de objectos de consumo.

sentir a tal sensação de satisfação ou prazer sem ter de a associar à tal imagem (o leite ou outro objecto que satisfaz). Por assim dizer, o desejo nasce da autonomização do prazer, pela abstractização do prazer. Passa-se a saber que o prazer ou a satisfação não se reduzem ao leite ou ao sono, há uma libertação do objecto material. O desejo basta-se pela sua própria percepção sem objecto. Por isso se diz que o desejo tem em si mesmo e na sua realização (sem objecto) uma característica alucinatória de base.

Esta percepção (da satisfação, não do leite), de forma simbólica, estará presente sempre que a situação se repetir. Assim, quando a necessidade se apresentar, haverá o desencadeamento de um impulso psíquico que investirá de novo a imagem mnésica dessa percepção na memória e provocará de novo a própria percepção, ou seja, reconstituirá a situação da primeira satisfação aprendida. Por isto é que é que disse que o desejo é aprendido. O desejo é uma instância psíquica que é aprendida espontaneamente e que se enraíza desde o início num forte elo fisiológico à necessidade de sobrevivência.

NÃO EXISTE NUNCA A SATISFAÇÃO DO DESEJO

É a este movimento que se chama desejo: o reaparecimento da percepção que é a realização do desejo.

Depois da primeira experiência de satisfação, a manifestação desta energia psíquica que é jogada no desejo deixa de ter de aparecer como pura necessidade. Isto porque já se aprendeu como funciona o processo de obtenção de satisfação e esta aprendizagem está ligada a uma representação mnésica. Sempre que uma situação similar se coloca a consciência tem acesso, por assim dizer, à solução, revivendo através da memória o momento da satisfação (e o objecto que causou a satisfação). É assim que da necessidade nasce o desejo.

É por isto que não existe, propriamente falando, nunca a satisfação do desejo na realidade: é que a dimensão do desejo não tem outra realidade além da realidade psíquica.

E ainda bem que assim é, uma vez que o aparelho psíquico (estrutura na qual assenta a possibilidade de construção da personalidade) funciona com base em trocas energéticas e em equilíbrios energéticos ou como Freud chama – pulsionais -. Desta forma, a realização total e definitiva do desejo originaria em teoria um colapso do sistema. Seria semelhante à apatia total, a um estado de morte psíquica. Não desejar nada é não se conseguir relacionar com a vida, é não ter desejo de vida, de viver. Psiquicamente não é impossível, pelo contrário, é mesmo muito frequente, é uma das características da patologia da personalidade que se chamou neurose e que muitos conhecem como depressão nervosa.

Agora a questão a colocar é: “Desejar o quê?”, ou por outras palavras a pergunta a fazer é como educar um desejo

criativo, construtivo, um desejo de mudança que rompa com o conformista desejo de objectos de consumo. Até porque o desejo meramente objectal é de certa forma uma regressão a um estado em que o desejo se cinge à pura necessidade orgânica de sobrevivência.

DESEJAR É JÁ POR SI OBTER UM PRAZER

A realização do desejo no adulto será uma alucinação, um reinvestimento do traço mnésico da satisfação tal como ele foi aprendido na infância. Usa-se o termo alucinação porque a satisfação do desejo tem por base uma percepção que se guardou na memória, mas essa percepção não tem já o objecto que lhe deveria dar origem. Apenas ficámos com a percepção da satisfação; o objecto (alimento, por exemplo) já não é necessário para compreender nem para reviver o que é a satisfação nem o desejo.

Acrescente-se ainda que a alucinação da percepção que é a repetição mental do momento de satisfação não é suficiente para satisfazer a necessidade, deve haver uma resistência que se oponha à realização do desejo. Falando em termos comuns “só dás valor às coisas quando não as tens”. O desejo define-se também a partir dessa sensação de desprazer que é uma tensão devida à necessidade; e da ligação desta necessidade à imagem mnésica que é a recordação da percepção que acompanhou a primeira satisfação aprendida.

É a conservação dos traços mnésicos inconscientes que está na origem de uma repetição indefinida (do desejo) que permite ao desejo dar lugar ao prazer. É por isso que o objecto que despertará o desejo não estará apenas limitado a ser o resultado de uma necessidade real biológica. Nem por outro lado o objecto que satisfaz o desejo tem de coincidir com a necessidade que gerou esse desejo.

Por exemplo, ter um bem material caro com assinatura de marca não tem de responder ao desejo que deu origem à aquisição desse bem. Especialmente se o desejo for definido e aprendido social e culturalmente como posse ou aquisição – consumo indefinido e infinito, repetível infinitamente e de forma indefinível (consumir o que quer que seja).

Aquele estado de “desprazer” que acompanha o desejo acaba por ser aprendido como *falta* que se dirige ou se preenche no ecrã da mente com um qualquer objecto que o apazigüe momentaneamente. A tensão baixa enquanto a mente está ocupada com a imagem ou quimera daquele objecto. O valor do próprio objecto de desejo é pequeno. Este só vale enquanto é o resultado do investimento pulsional simbólico confortável e conformado. É este investimento afectivo num qualquer objecto que ocupa e preenche o ecrã da mente e que permite que se pense: “*tenho mesmo de ter aquilo...*”.

Vemos que o objecto que desperta o desejo se distingue



do objecto que dá a satisfação da necessidade. O objecto que desperta o movimento do desejo é na maioria dos casos um objecto alucinado, ou mais precisamente, o investimento ou reinvestimento de uma imagem mnésica passada que não tem correspondente material. Nenhum objecto enquanto tal pode corresponder ao *objecto sentido* por mim. O capitalismo vai ao encontro desta estrutura deste aprender a desejar: primeiro modela-o, depois alimenta-o(se). O caminho para uma lógica de consumo está incluso na própria lógica interna do desejo tal como ele é aprendido.

Desejar e a satisfação são um e o mesmo momento. Talvez por isso se possa ver o alucinado consumidor vaguear as grandes superfícies comerciais borbulhando: “*que vou eu desejar?*”, porque o próprio desejar antecipa a recompensa da sua satisfação baixando a tensão e perpetuando o ciclo.

Desejo e consumo têm a mesma estrutura: não está em causa tanto o que se consome mas o desejar repetir um sentimento de prazer independentemente de qual o objecto sobre o qual se investe esse sentimento. O objecto ou produto e o agente de produção desaparece neste modelo do desejo capitalista. Só há dois pólos: o desejo e o capital.

O CONSUMO TORNA-SE DESEJO

Então e se substituirmos o desejar o desejo (ou seja, a satisfação) por desejar o consumo? O consumo torna-se desejo, toma o lugar deste: um ciclo energético infinitamente repetível que se realiza, que se aprende como sendo a única forma de obter satisfação. Mas como o desejo é uma instância meramente psíquica que tem um princípio energético – as pulsões inconscientes – e não material, ele é irrealizável. Isto é, é uma estrutura que aprendida e constituída de determinada forma materialista se torna na adicção perfeita: a adicção do consumo. Adicção esta que por razão da sua natureza ser uma representação psíquica já sem objecto não encontrará nunca nenhum correspondente material que a preencha. Nenhum objecto de consumo alguma vez realizará a falta, a necessidade aprendida como desejo de consumo, o desejo material.

A estrutura capitalista modela o desejo em consumo de forma a que os dois se tornem um só. Tornamo-nos máquinas de consumo, máquinas desejantes. É por isso que se quer sempre mais, é por isso que se diz que a única coisa que nunca é demais é o dinheiro.

Esta necessidade compulsiva e alienante – o desejo modelado pelo capitalismo – tornou-se o elemento chave na compreensão das adicções, tornando-se num desvio da ordem do vital para a ordem do patológico caracterizando-se pela redução do objecto do desejo ao objecto da necessidade. Isto é, quando se aprende a desejar o consumo e este é apenas uma forma materialista de modelar e limitar o desejo, então está-se a reduzir o objecto do desejo ao objecto que gera a necessidade – o próprio consumo ilimitado-.

MÁQUINAS DESEJANTES

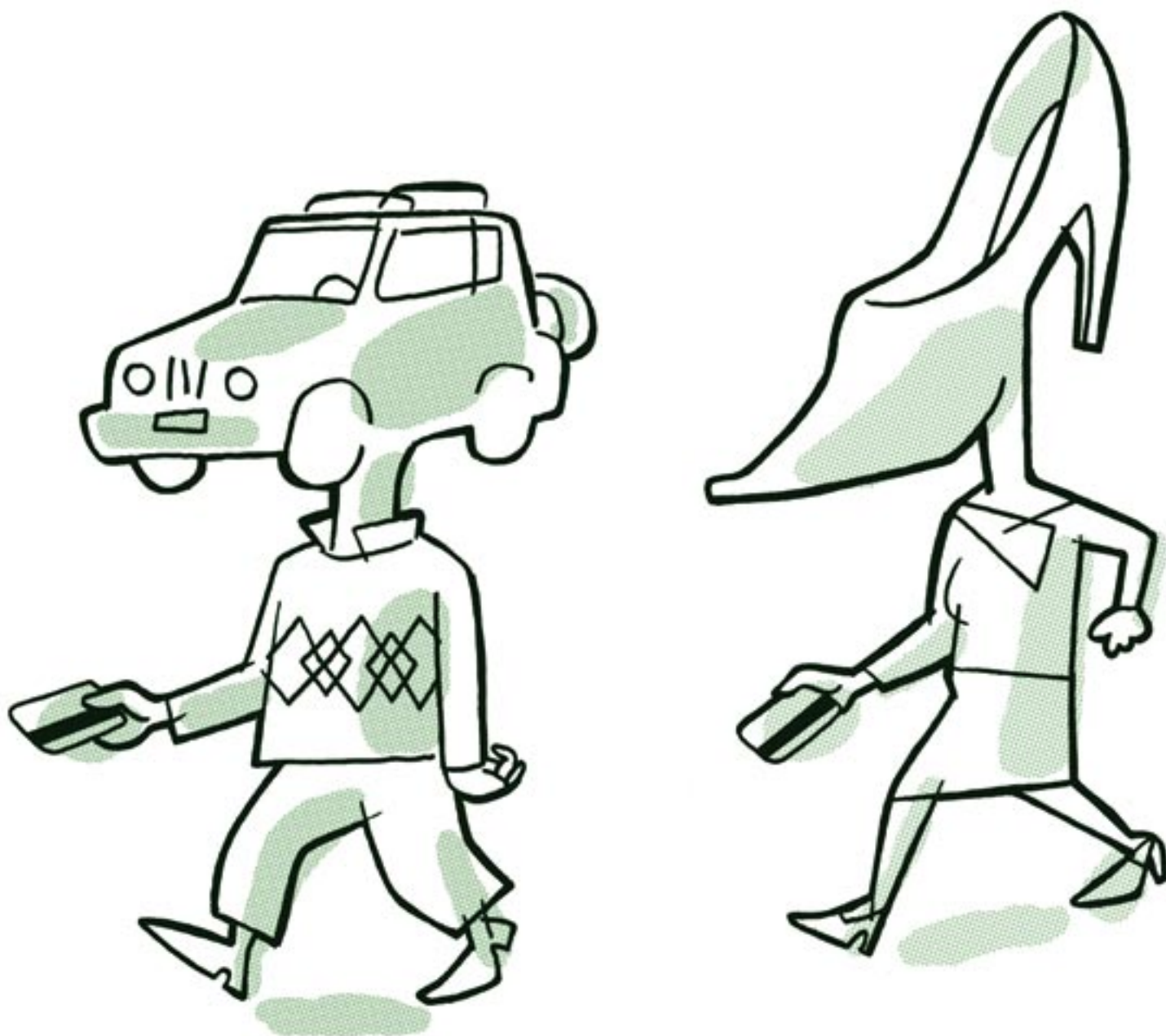
Este termo usado por Gilles Deleuze é extremamente relevante para compreender e pensar esta deformação do desejo: tudo é máquina e tudo é produção. Somos máquinas desejantes que funcionam num regime associativo, isto é, sempre ligadas a outra máquina formando um grande organismo que é o sistema de (produção-)consumo.

A produção como processo forma um ciclo cujo princípio imanente é o desejo. É por isto que a produção desejante é a categoria materialista fundamental. Todos são máquinas desejantes e tudo é produção: produção de desejo e produção de capital. Entre estes dois pólos fecha-se o ciclo da máquina capitalista.

Neste processo o produzir está sempre já inserido no produto, por exemplo, o produzir mais desejo de consumo está inserido no produto que uma vez comprado referencia para outros acessórios que têm de ser com ele adquiridos ou completáveis e é o desejo que faz constantemente a ligação dos objectos, dos produtos a desejar sem nunca se fixar ou terminar em nenhum. O desejo faz correr, corre e corta as associações neste processo capitalista.

O capital, segundo Marx, não é o produto do trabalho, mas aparece como o seu pressuposto natural ou divino, ele constitui uma superfície onde se distribuem as forças e os agentes

O desejo, processo vital cíclico sem objecto, foi tornado capital. O início e o fim do processo fecham-se num mesmo momento improdutivo e repetível indefinidamente; o desejo tornou-se assignificante, não precisa de nada mais que o corpo do capital para se realizar.



de produção, de modo que se apropria do sobreproduto e se atribui a si próprio o conjunto e as partes do processo.

O capital é não só a substância fluida e petrificada do dinheiro, mas vai também dar à esterilidade do dinheiro a forma com que este produz mais dinheiro. E é no capital que se engatam as máquinas desejantes e os agentes num ciclo que acaba por ser improdutivo.

Tudo parece ser produzido pelo capital enquanto quase- causa. Como diz Marx, no princípio os capitalistas têm necessariamente consciência da oposição do trabalho e do capital, e do uso do capital como meio de extorquir sobre-trabalho. Mas depressa se instaura um mundo perverso enfeitado, enquanto que o capital tem o papel de superfície onde se rebate toda a produção cujo único fito é fornecer mais-valia, ou realizá-la. À medida que a mais-valia relativa se desenvolve no

sistema especificamente capitalista e que a produtividade social do trabalho cresce, as forças produtivas e as conexões sociais do trabalho parecem separar-se do processo produtivo e passar do trabalho ao capital. O capital torna-se assim num ser bastante misterioso, porque todas as forças produtivas parecem nascer no seu seio e pertencer-lhe.

De início há portanto a percepção de um funcionamento e de um objectivo claro que é a mais-valia a obter do trabalho produzido pelos agentes de produção. Contudo, o capitalista acaba por perder de vista as regras do jogo que o acabam por ultrapassar. O capital enquanto superfície onde se distribuem as forças de produção, enquanto tabuleiro do jogo de produção tem características que por serem progressivamente assignificantes anulam os agentes e transmutam o trabalho em capital.

Assim, o capital enquanto objecto simbólico é aquele que melhor sintetiza a alucinação de satisfação do desejo tal como ele foi aprendido. O capital funciona melhor do que um qualquer objecto de desejo proposto para consumo, ele representa todos os objectos, ele representa o acesso e o poder sobre o próprio consumo. Desta forma, ao capitalista é fácil anular o significado dos elementos de conjunto. No ecrã da consciência passa a ser projectado apenas o ciclo do capital, mais capital, mais capital. O dinheiro é aquilo que nunca se tem demais, diz-se.

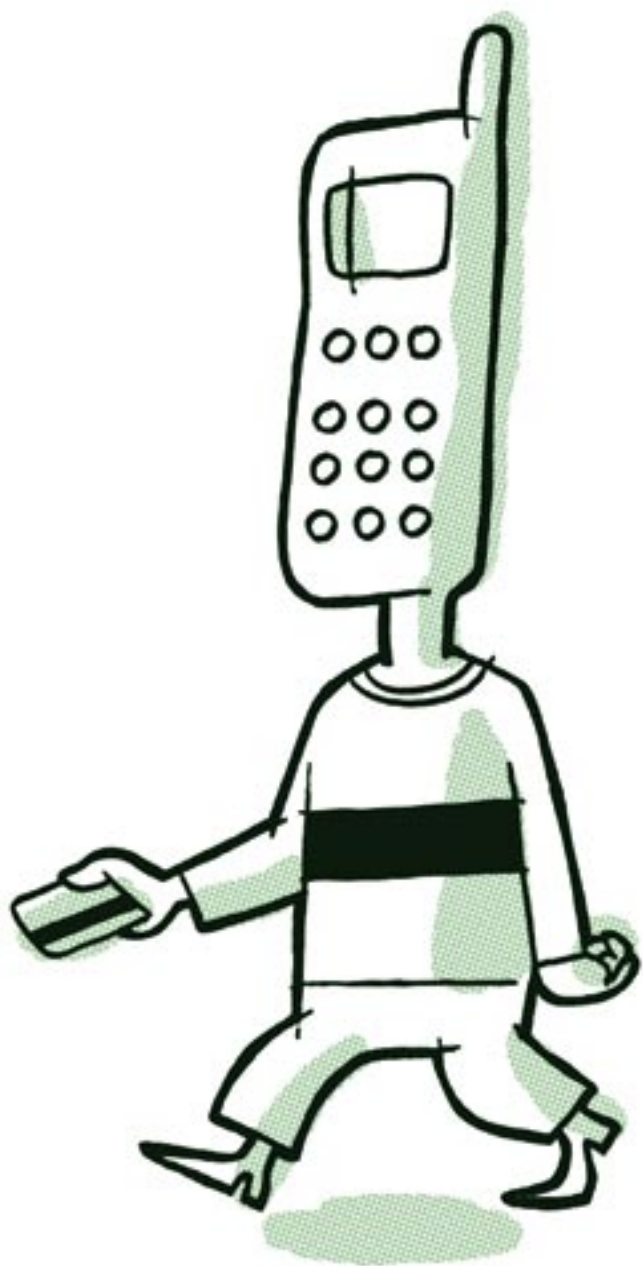
É O DESEJO QUE ALIMENTA O CAPITAL

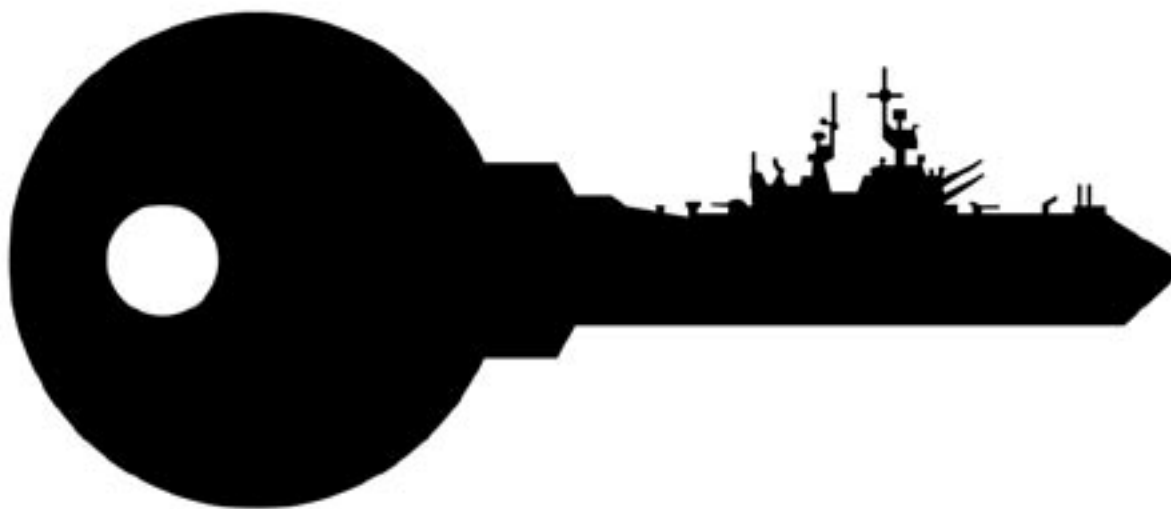
O desejo, processo vital cíclico sem objecto, foi tornado capital. O início e o fim do processo fecham-se num mesmo momento improdutivo e repetível indefinidamente; o desejo tornou-se assignificante, não precisa de nada mais que o corpo do capital para se realizar. O desejo realiza-se no corpo ou superfície de registo onde se inscreve o capital que domina todos os momentos do processo, desde a produção (material e desejante) até à satisfação ou consumo.. O capital atrai a produção desejante e apropria-se dela. O desejo foi adestrado, foi modelado. A sociedade moderna constrói assim o seu próprio delírio ao afirmar este processo de produção ao afirmar este adestramento do desejar e do viver.

Escusado será dizer que quando se diz que somos ensinados a desejar assim isso implica que há outras formas de realizar, de formar o desejo. Em primeiro lugar é preciso compreender o funcionamento desta máquina para depois se poder fazer uma “desintoxicação” do desejar-consumir. Por outro lado, o compreender e o libertar-se da lógica não é feito por um movimento de simples oposição.

Suponho que nunca se consegue ganhar uma luta complexa simplesmente por contrariar ou fazer só o contrário daquilo que o adversário faz. Isso seria regredir à fase infantil do “não”, ou à perspectiva moralista do asceta religioso. Se o campo de batalha for circular ou matemático acabamos por ser apanhados no extremo oposto pelas mesmas armas que vencêramos antes. Costuma ser preciso gastar mais energia quando se quer fazer as coisas bem. Experimente agitar antes de abrir...

* Professor. miguelantunes@combate.info





**“TEOREMAS DA RESISTÊNCIA NOS TEMPOS
QUE CORREM”, DE DANIEL BENSAID**

OS IRREDUTÍVEIS

MICHAEL LÖWY *

ILUSTRAÇÃO DE ÂNGELO FERREIRA DE SOUSA

ESTE MAGNÍFICO LIVRO DE DANIEL BENSAID APRESENTA-SE COMO UMA SUCESSÃO DE TEOREMAS, SEGUIDOS DE COROLÁRIOS E DE ESCÓLIOS. MAS O TEXTO NÃO CONTÉM – FELIZMENTE – NENHUMA DEMONSTRAÇÃO MATEMÁTICA, GEOMÉTRICA OU ESPINOZISTA: TRATA-SE SIMPLEMENTE DE UMA TÉCNICA DE EXPOSIÇÃO QUE PERMITE ORGANIZAR AS IDEIAS... O AUTOR PARTE DE UMA INTERROGAÇÃO FUNDAMENTAL: O FUTURO DEVE REDUZIR-SE A UMA REPETIÇÃO INFERNAL DA ORDEM EXISTENTE E A HISTÓRIA IMOBILIZAR-SE NUMA ETERNIDADE MERCANTIL?

EVIDENTEMENTE que a sua resposta é negativa, mas ele tem como objectivo colocar as categorias do progresso e da universalidade à prova da catástrofe e do desastre. Os termos do debate reenviam-nos directamente para os escritos sobre a história de Walter Benjamin, um autor que não parou de inspirar e de assombrar a reflexão de Daniel Bensaid.

TEOREMA 1: A POLÍTICA NÃO SE REDUZ À ÉTICA, NEM À ESTÉTICA.

Trata-se de restabelecer a dignidade da política – como projecto, vontade e acção colectiva – que se encontra actualmente laminada entre os encargos do horror económico e os gemidos de um moralismo abstracto. A política implica a arte estratégica do possível, que se aproveita das bifurcações abertas à esperança e que é irreduzível à necessidade económica, à “eternidade majestosa das estruturas”.

TEOREMA 2: A LUTA DE CLASSES NÃO SE REDUZ ÀS PERTENÇAS COMUNITÁRIAS.

A crise ou o declínio da consciência de classe favorece em todos os sítios a subida dos pânicos identitários e dos conflitos comunitários, uma tendência planetária inquietante que não pode ser interpretada como o produto dos últimos sobressaltos do totalitarismo. Vemos aparecer, aqui e ali, personagens sinistras – Putin, Haider – que celebram as bodas de sangue do nacionalismo e do liberalismo.

Como ultrapassar a fragmentação, a diversidade em pedaços, celebradas pelos pós-modernos, que renunciam a todo o horizonte da universalidade? Sem negar a pertinência da procura do reconhecimento dos diferentes grupos vítimas de injustiças – tema bastante desenvolvido nos trabalhos de Nancy Fraser – o autor rejeita as tentativas de alguns “pós-marxistas”, como Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, de “redefinir” a hegemonia como articulação contingente dos elementos heterogêneos, sem ligação com as classes. A lógica universal do capital afecta as diferentes esferas da vida social e criou desta forma as condições de uma unificação relativa das resistências à volta da luta de classes.

TEOREMA 3: O DOMÍNIO IMPERIAL NÃO SE DISSOLVE NAS BEATITUDES DA GLOBALIZAÇÃO MERCANTIL.

Não partilho a aversão de Daniel Bensaid pelo “fetiche de uma Humanidade maiúscula”. Mas penso que ele tem razão em denunciar a invocação de uma legitimidade humanitária para mascarar os interesses da potência imperial. O imperialismo é hoje um sistema global, ao mesmo tempo económico, tecnológico, ecológico, cultural, militar. A globalização imperial pretende-se universalista, mas ela só representa os interesses privados do capital. Os benefícios atribuídos à mão vagueante do mercado estão longe de compensar os crimes do seu punho visível. Face à lógica da privatização e da mercantilização do mundo – o que inclui a terra, a água, o ar a própria vida – é urgente opôr uma lógica alternativa, a do bem comum e do serviço público. Foi ela que inspirou “o espírito de Seattle”, que sopra desde 1999 sobre Milão, Praga, Génova, Washington, Banguécoque, Nice, Dakar, Porto Alegre...

TEOREMA 4: O ESPÍRITO DO COMUNISMO (QUAISQUER QUE SEJAM AS PALAVRAS PARA O DEFINIR) NÃO SE REDUZ ÀS SUAS CONTRAFACÇÕES BUROCRÁTICAS.

Se temos que recusar, com a última das energias, a tentativa da contra-reforma liberal de se reduzir o comunismo ao estalinismo, não podemos fazer a economia de um balanço crítico dos erros que desarmaram os revolucionários de Outubro perante as dificuldades da história, favorecendo a contra-revolução termidoriana: confusão entre povo, partido e Estado, cegueira em relação ao perigo burocrático. Temos que tirar algumas lições da história: importância da democracia socialista, do pluralismo político, da separação dos poderes, da autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado. Quanto ao termo “ditadura” (do proletariado), ele está doravante bastante carregado de ambiguidades e associado às experiências históricas demasiado dolorosas para ainda ser utilizável sem risco de confusão.

Como definir o sistema político estalinista? O conceito de “totalitarismo burocrático” de Trotsky não está longe de certas análises de Hannah Arendt. E se os marxistas revolucionários, depois da Segunda Guerra Mundial, se vão dividir na questão da natureza da União Soviética, as teses defendidas por Tony

Cliff, Cornelius Castoriadis e Ernest Mandel são, apesar das suas diferenças, fundadas sobre a ideia comum de uma contra-revolução burocrática.

TEOREMA 5: A DIALÉCTICA DA RAZÃO NÃO SE REDUZ AO ESPELHO PARTIDO DA PÓS-MODERNIDADE.

Este teorema é aquele que me suscita mais reservas. A defesa de Daniel Bensaid do Racionalismo, da Modernidade e das Luzes contra o “reencanto do mundo”, parece-me um pouco esquemática. E sobretudo, espanta-me a sua crítica a “Modernity and Holocaust”, o “clássico” do sociólogo Zygmund Bauman – demonstração remarcável do carácter intrinsecamente “moderno” do genocídio nazi – como fruto de uma desafeição em relação à modernidade” e um “regresso identitário à judeicidade”...

Pelo contrário, parece-me que ele tem razão ao definir a modernidade e a pós-modernidade como duas faces de Janus, dois pólos magnéticos da acumulação do capital, duas tendências contraditórias inerentes à lógica do valor que se valoriza. Ele não tem menos razão de se opor ao culto pós-moderno da fragmentação, dos boiões de cultura mercantis, das jardineiras de legumes literários, e em reafirmar, inspirando-se em Lukacs, que a totalidade é irreduzível aos fragmentos dispersos. A recusa dogmática da totalidade e a tentativa da sua decomposição em partes sem coerência do conjunto, respondem a um medo difuso de todo o projecto radical de transformação social. Quanto à universalidade, sobre a sua forma abstracta, ela é muitas vezes a máscara da dominação – colonial ou masculina. Mas a sua crítica não pode evitar a referência, implícita ou explícita, a uma universalidade concreta e em movimento.

O CALDEIRÃO

A corrente escaldante da indignação não se dissolve nas águas mornas da resignação consensual. Esta conclusão é esplêndida. Ela apoia-se no elogio da indignação e no desprezo pelo “homo resignatus”, político ou intelectual que se reconhece ao longe pela sua impassibilidade batráquia perante a ordem impiedosa das coisas. Para além da modernidade e da pós-modernidade, resta-nos a força irreduzível da indignação, a recusa incondicional da injustiça, que são exactamente o contrário do hábito e da resignação. “A indignação é um começo. Uma maneira de levantar e de se pôr a andar. Indignamo-nos, insurgimo-nos e depois se vê.”

É esta força da indignação que atravessa, como um sopro inspirado, este pequeno desordeiro, cujas qualidades literárias e o dom da fórmula estão ao serviço de uma causa que permanece, mais do que nunca, irreduzivelmente na ordem do dia: a emancipação dos oprimidos, o comunismo.

* Sociólogo, investigador no CNRS em Paris.

TRADUÇÃO: ANTÓNIO JOSÉ ANDRÉ



“IN THE SHADOW OF NO TOWERS”, DE ART SPIEGELMAN

“JOIN YOUR FELLOW AMERICANS BEFORE IT’S TOO LATE”

SARA FIGUEIREDO COSTA *

O MAIS RECENTE LIVRO DE ART SPIEGELMAN CHEGOU ÀS LIVRARIAS NORTE-AMERICANAS EM SETEMBRO DESTA ANO, TRÊS ANOS DEPOIS DA DESTRUIÇÃO DAS TORRES GÉMEAS, E AS TRADUÇÕES PARA VÁRIAS LÍNGUAS JÁ SE SUCEDEM. SPIEGELMAN TORNOU-SE CONHECIDO INTERNACIONALMENTE COM A OBRA “MAUS”, UMA PARÁBOLA DURA E COMPLEXA EM TORNO DO HOLOCAUSTO NAZI QUE LHE TROUXE O PRESTIGIADO PRÉMIO PULLITZER EM 1992, PELA PRIMEIRA VEZ ATRIBUÍDO A UM AUTOR DE BANDA DESENHADA.

Ao contrário de *Maus*, obra de grande fôlego narrativo, *In the Shadow of No Towers* é um livro construído a partir de momentos individualizados e reacções quase imediatas à sucessão dos acontecimentos. Uma espécie de álbum de recortes dos tempos que se seguiram ao 11 de Setembro de 2001 e à destruição das Torres Gémeas, iniciado a partir de uma série de reflexões que podemos acompanhar no texto introdutório, intitulado “The sky is falling”. Aqui, Spiegelman explica que o seu regresso à banda desenhada (há muito que só publicava ensaios e ilustrações para o *New Yorker*) foi motivado pela brutalidade do que aconteceu no dia 11 de Setembro e pelo modo como a administração Bush geriu esses acontecimentos, transformando-os num bom motivo para iniciar uma guerra há muito desejada.

A CRÍTICA AO NACIONALISMO

O ponto de vista de *In the Shadow of No Towers* é claro: Spiegelman sabe que está a viver acontecimentos que marcarão o futuro. Ou, nas suas palavras, um tempo “onde a História do mundo e a História pessoal colidem – a intersecção sobre a qual os meus pais, sobreviventes de Auschwitz, me avisavam quando me diziam para ter as malas sempre feitas”. Mas sabe que o modo como o futuro se sucede depende muito das leituras (e das leituras políticas e mediáticas em parti-

cular) que se fazem sobre os acontecimentos presentes. Por isso mostra, nas pranchas deste *In the Shadow of No Towers*, que os apelos do Governo à solidariedade vão desembocar, em quase todas as circunstâncias, nos sentimentos patrióticos que de repente ganharam uma dimensão nunca antes vista, e que esses sentimentos se resumem à presença de bandeiras dos EUA em todos os lugares possíveis e imaginários e a uma certa desconfiança constante relativamente a qualquer tipo de diferença ou de alteridade. A febre das bandeiras, tão bem caricaturada por Spiegelman em várias pranchas deste livro, provocou uma proliferação de riscas azuis e vermelhas que raia a opressão visual (e que suscita no narrador a seguinte pergunta: Porquê o provincianismo das bandeiras americanas enchendo o *Ground Zero*? Porquê não...um Globo?). Associada à desconfiança permanente e à fúria justiceira que fez com que muçulmanos, sikhs ou latinos de pele mais escura fossem alvo de agressões físicas e morais um pouco por todos os estados, estavam criadas as condições para uma paranóia colectiva tão benéfica para a saúde mental dos cidadãos norte-americanos como uma bomba nuclear!

DESENHAR CONTRA A PROPAGANDA

Ao longo do livro, são vários os exemplos desta utilização política do 11 de Setembro e do modo como os acontecimentos se sucederam de acordo com o rumo traçado por quem soube adaptar a leitura dos factos aos seus próprios objectivos. Spiegelman mostra alguns contrastes, na tentativa de clarificar a sua opinião: as imagens das pessoas que saltaram pelas janelas das torres são mostradas até a exaustão durante semanas, ao contrário das imagens dos que há muito morrem à fome pelas ruas de Manhattan. É claro que não se trata de escolher qual a morte mais dolorosa ou incompreensível, mas sim de perceber que a dimensão humana de um drama e as ilações comuns que daí resultam se devem também ao tipo de exposição mediática que dele se faz. E os media norte-americanos (e não só) foram exímios em propagar até ao infinito as imagens das torres desfazendo-se em pó, ajudando a instalar a paranóia colectiva que Spiegelman não se cansa de denunciar.

A esse respeito, a prancha que abre o livro é um bom ponto de partida para a reflexão em torno do poder das imagens televisivas. Spiegelman, que se assume sempre como narrador e personagem principal, explica que viu as torres a desabarem ao vivo e *in loco*, já que vive nas imediações do que agora se chama *Ground Zero*. E viu depois, claro está, as inúmeras repetições do acontecimento na televisão. Surge, então, a incontornável questão da escala, esse recurso tão essencial à banda desenhada que permite, entre outras coisas, que dois arranha-céus ocupem a totalidade do ecrã das nossas televisões, ocupando, numa espécie de sinédoque medonha, todo o mundo perceptível. Também é disso que se trata. E não se pense que Spiegelman, em algum momento, ridiculariza a tragédia que se viveu no centro de Manhattan em Setembro de 2001. Pelo contrário. Mas Spiegelman sabe, e talvez o seu passado e as suas origens não sejam tão alheias a isso como se possa pensar, que o que decorrerá dessa tragédia e do aproveitamento político que dela se fará será infinitamente maior, mais complexo e seguramente mais perigoso do que a tragédia em

si. E a capa de *In the Shadow of No Towers* convoca essa ideia de modo eficaz e simultaneamente muito bem conseguido do ponto de vista visual: sobre um fundo totalmente negro despontam, em função da luz e do movimento que permitirmos, duas torres igualmente negras. Na realidade, são unicamente sombras, dando à materialidade das torres uma existência apenas permitida por determinado ângulo de visão, mas que se desenha a todo o momento em noticiários, capas de jornais e discursos políticos.

“Join yor fellow americans before it’s too late... RISE UP & STICK YOUR HEADS IN THE GROUND”. A frase serve de título a uma das pranchas do livro e a imagem que a ilustra não podia ser mais literal.

Às imagens do 11 de Setembro seguiram-se cenas típicas de um *western* cinematográfico, com Bush falando de “caça ao homem” e de “guerra aos nossos” numa tentativa de ganhar adeptos para o que se seguiria. O nome de Bin Laden foi repetido milhares de vezes entre promessas de vingança e invocações do orgulho pátrio, situação que Spiegelman retrata de modo notável numa vinheta onde se vê a sua própria imagem, com a cara de rato que *Maus* tornou famosa e desencadeadora de múltiplas interpretações, desmaiada em cima de um estirador ladeado por Bush e Bin Laden, cada um mais armado do que o outro. A legenda diz: “Atacado do mesmo modo pela Al-Qaeda e pelo meu Governo”.

Às trocas de ameaças multilaterais segue-se o bombardeamento indiscriminado do Afeganistão, mostrando o braço de ferro americano do modo mais mediático possível e sem pensar muito no futuro menos próximo, e logo depois a insuspeita declaração que nos trouxe até onde ainda estamos: há armas de destruição massiva no Iraque. A relação com o 11 de Setembro não foi bem explicada, mas o contexto que se havia criado até aí permitia que as explicações não fossem exigidas, pelo menos de modo bem visível, pela maioria numérica dos cidadãos dos EUA. Se Bin Laden tinha relação com os Taliban e o Afeganistão e se a cobrança dessa relação se fez com bombardeamentos, porque não prossegui-los um pouco mais ao lado, num também possível alvo responsável pela queda das Torres? Spiegelman brinca, do modo sério e inteligente como só um excelente argumentista saberia, com este engano colectivo levado a cabo pelo Governo americano e mostra, em pranchas onde a ironia e uma certa tristeza (acentuada pelo peso da História na sua genealogia pessoal) marcam presença constante, que quem gere o modo como os factos chegam às pessoas gere também o destino dessas pessoas, não se esquecendo de o traçar sem grandes preocupações para além das suas próprias. A mensagem é simples, talvez simplista e até algo gasta, mas faz o sentido que desafortunadamente sempre fez, sem arte ou poesia que não sejam as do traço e do argumento de Spiegelman. E isso transforma *In the Shadow of No Towers* num livro essencial para compreender a actualidade, que se faz tanto dos acontecimentos que são notícia como das perspectivas que se desenharam a partir deles.

* Investigadora na área da literatura, autora de um blogue sobre BD; <http://becodasimagens.blogspot.com>

**COMBATE
CURSO DE
FORMAÇÃO
MARXISTA
DA ASSOCIAÇÃO
POLÍTICA
SOCIALISTA
REVOLUCIONÁRIA**

**TOCHA
(FIGUEIRA DA FOZ)
DE 17 A 19
MARÇO 2005**

**INSCRIÇÕES LIMITADAS
MAIS INFORMAÇÕES:
TEL. 218 864 643**

programa: SEXTA, 21H: "A REVOLUÇÃO NÃO SERÁ TRANSMITIDA PELA TELEVISÃO"

Este documentário, que acompanha ao minuto o golpe de estado de 2002 na Venezuela, aborda a natureza da oposição a Hugo Chávez e o papel do povo pobre na desarticulação do golpe.

A projecção será seguida de comentários de Jaime Pastor, membro da direcção federal da Esquerda Unida (Estado Espanhol) e dirigente da Iva Internacional.

SÁBADO, 10H: O QUE FOI O MAIO DE 68?

A força e os limites da revolta que marcou uma geração política. Jaime Pastor era exilado político em Paris em 1968 e participou na revolta estudantil e no movimento grevista que se lhe seguiu.

SÁBADO, 15H: PORQUE LUTAM AS MULHERES?

A luta pelo socialismo e os interesses específicos das mulheres face à opressão patriarcal.

Alda Sousa, dirigente da APSR e do Bloco de Esquerda, foi deputada na Ass. da República.

SÁBADO, 17H: O QUE É UM PROGRAMA DE TRANSIÇÃO?

Em 1938, Leon Trotski propôs a superação da velha dicotomia reformista entre programa mínimo e programa máximo. A experiência e a importância de reivindicações transitórias na estratégia anti-capitalista. Heitor de Sousa e António Louçã são dirigentes da APSR e do Bloco.

SÁBADO, 21H: PROJECCÃO DE "OUTFOXED"

Este documentário analisa a "corrida para o fundo" que os grandes impérios dos media têm conduzido em matéria de informação. A cadeia televisiva norte-americana Fox News, do magnata Rupert Murdoch, é o exemplo estudado.

23H FESTA

DOMINGO, 11H: ESTRATÉGIAS PARA A TRANSFORMAÇÃO: MOVIMENTO E PARTIDO

A construção de uma alternativa de sociedade é, em última análise, a questão do (contra-)poder. Se a tarefa do dia é tecer a resistência social ao neoliberalismo, porquê - e como - usar o instrumento-partido? Francisco Louçã é deputado e dirigente da APSR e do Bloco de Esquerda.